



# JORNAL OFICIAL DE MOSSORÓ

ANO XII | NÚMERO 572B

PREFEITA: ROSALBA CIARLINI ROSADO

## GABINETE DA PREFEITA

## LEI Nº. 3798, DE 29 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Mossoró para o exercício de 2021 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ.

Faço saber que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e nos art. 78 e 148 da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2021, compreendendo:

- I - as prioridades estratégicas e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e a estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições inerentes às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - as disposições relativas à legislação tributária do município;
- VII - as disposições finais.

Parágrafo único - Em atenção ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), disporá ainda a presente Lei sobre:

- I - equilíbrio entre receitas e despesas;
- II - critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas no art. 9º e no art. 31, § 1º, II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- III - normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- IV - demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- V - anexos contendo metas fiscais, evolução patrimonial e as ações programáticas (projetos/atividades) de todas as Unidades Orçamentárias da Administração direta e indireta.

## CAPÍTULO II

## DA ESTRATÉGIA DE GESTÃO E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - O planejamento, execução e avaliação das políticas públicas do Governo Municipal estão orientados por um modelo de Governança para Resultados, elaborado a partir de um Planejamento Estratégico Municipal caracterizado pela coordenação dos objetivos das secretarias e demais unidades administrativas, alinhando as estruturas internas e externas e implementando mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão municipal com o objetivo final de transformar Mossoró em uma cidade empreendedora, inclusiva, educadora e sustentável.

§1º - Os preceitos estabelecidos no caput objetivam a melhoria da prestação dos serviços públicos, com foco na inovação e modernização dos serviços, visando ao bem estar do cidadão.

§2º - Os programas, projetos e ações da gestão Municipal estão estruturados em áreas de resultados e eixos orientadores compondo o mapa estratégico, que se destina ao atendimento das demandas e expectativas dos beneficiários, sejam cidadãos ou organizações.

§3º - As áreas de resultado e seus respectivos eixos orientadores definidos para essa gestão são:

I - Área 1: Resultados Institucionais:

- a) Desenvolvimento econômico e social;
- b) Sustentabilidade Ambiental;
- c) Promoção da Cidadania;
- d) Serviços públicos de qualidade.

II - Área 2: Sociedade:

- a) Saúde;
- b) Assistência social;
- c) Educação;
- d) Trabalho e Renda;
- e) Cultura;
- f) Turismo;
- g) Esporte e Lazer.

III - Área 3: Processos Internos:

- a) Comunicação interna e externa;
- b) Aperfeiçoar e modernizar os processos;
- c) Gestão orientada para resultados;
- d) Inovações organizacionais e tecnológicas.

IV - Área 4: Aprendizado e Crescimento;

- a) Capacitação continuada e especializada de servidores;
- b) Políticas de gestão de pessoas;
- c) Plano de cargos, carreiras e remunerações para os servidores.

V - Área 5: Orçamento e Finanças:

- a) Sustentabilidade;
- b) Modelo de planejamento orçamentário com foco nos resultados.

Art. 3º - As Áreas de Resultados que compõem o mapa de objetivos estratégicos descritas no §2º do Art. 2º, formam a base constitutiva do Planejamento Estratégico Municipal, instrumento de gestão que deve orientar os eixos orientadores a serem contemplados pelas ações programáticas dos Órgãos da Administração direta e indireta para efeito de elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021.

§1º - Para cada área será definido um conjunto de objetivos estratégicos, onde esses serão desdobrados em programas e ações que permitirão efetivar a realização desses objetivos, construindo assim um mapa estratégico.

§2º - Os resultados dessas áreas e objetivos serão mensurados por indicadores de desempenho e metas estabelecidas pela gestão municipal.

§3º - As metas da LDO 2021 serão compatíveis com o Plano Plurianual 2018-2021, aprovado pela lei municipal nº 3.062, de 10 de janeiro de 2018.

## CAPÍTULO III

## DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

## Seção I

## Disposições Gerais

Art. 4º - O projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 será composto de:

- I - texto de lei;
- II - consolidação geral dos quadros orçamentários;
- III - orçamentos fiscal e da seguridade social;
- IV - demonstrativo da programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do art. 212 da Constituição Federal;
- V - demonstrativo dos recursos destinados à saúde, obedecendo ao disposto no art. 167, §2º, da Lei Orgânica do Município, e ao art. 198, §2º e 3º, da Constituição Federal e à Lei Complementar nacional nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

§1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II do caput, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando os impostos e as transferências recebidas da União e do Estado, dos últimos três exercícios;

II - evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa dos últimos três exercícios;

III - resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

IV - resumo das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

V - receita e despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VI - receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social de acordo com a classificação constante do Adendo III do Anexo II da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, identificando a fonte de recurso correspondente a cada natureza de receita e a esfera a que pertencem;

VII - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por fontes de recursos e grupos de despesa;

VIII - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

X - demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o art. 2º desta Lei;

XI - somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente recebidas até dezembro de 2019;

XII - projeção da receita corrente líquida, apurada na

forma do art. 2º, IV e §3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio 2000.

§2º - Os valores dos demonstrativos previstos no §1º serão elaborados a preços correntes da proposta orçamentária.

§3º - As classificações orçamentárias referentes às categorias econômicas, aos grupos de despesa, às modalidades de aplicação, às esferas e às naturezas da receita e da despesa, obedecerão à classificação definida pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - ação, qualquer instrumento de programação para alcançar objetivo(s) de um programa, constituindo-se em atividade, projeto ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e sempre que possível, metas, bem como a unidade orçamentária responsável pela realização de cada ação em consonância com a orientação do parágrafo único do art. 2º desta Lei.

§2º - Cada ação identificará a função, a subfunção e o programa às quais se vincula.

§3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 por meio dos programas, atividades, projetos ou operações especiais e eventuais subtítulos com indicação, sempre que possível, de suas metas físicas.

Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, dos seus órgãos e fundos instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 7º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminará a despesa por unidade orçamentária, observado o §3º do art. 4º, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando, para cada um, a modalidade de aplicação e o grupo de despesa a que se refere.

Art. 8º - Cada ação constará somente de uma unidade orçamentária e de um programa.

Parágrafo único - Os programas poderão englobar mais de um projeto, atividade ou operação especial e poderão abranger mais de uma unidade orçamentária.

Art. 9º - A execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, de todos os órgãos e unidades orçamentárias deverá ser registrada em Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil - SOFC, gerido pela Secretaria Municipal do Planejamento - SEPLAN.

Parágrafo único - Adotar-se-á a descentralização das ações de operação do SOFC entre as unidades orçamentárias, de acordo com estratégia definida pela SEPLAN e Controladoria Geral do Município - CONTROL.

## Seção II

Das Diretrizes Específicas para a Câmara Municipal

Art. 10 - Para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária para o exercício de 2021, o Poder Legislativo terá como limites de "outras despesas correntes" e de "capital", o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2020 e seus créditos adicionais, observando o disposto no art. 36 desta Lei.

§1º - Ficam estipulados ainda os seguintes limites para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal:

I - o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 6% (seis por cento) do somatório das receitas a que alude ao art. 29-A, II, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício de 2020;

II - a Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de

pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores;

III - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do município, observados os limites dos incisos I e II;

IV - para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição e o art. 20, III, "a", da Lei Complementar Nacional nº 101/2000, a despesa total com pessoal não poderá exceder 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, observados os limites dos incisos I e II.

§2º - Os recursos correspondentes a dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês (art. 158 da Lei Orgânica do Município).

§3º - No cálculo dos limites a que se refere o inciso I do §1º, observar-se-ão as disposições que regerem a matéria estipuladas na Constituição Federal, ficando o Poder Executivo autorizado a, após comunicação formal ao Poder Legislativo, proceder a eventuais ajustes.

Art. 11 - Para efeito do disposto no art. 6º, o Poder Legislativo encaminhará, até o dia 31 de julho de 2020, à Secretaria Municipal do Planejamento – SEPLAN sua proposta orçamentária, para fins de ajustamento e consolidação, observadas as disposições desta Lei, especialmente o art. 10.

Parágrafo único - Caso não seja atendido o disposto no caput, a Secretaria Municipal do Planejamento formulará proposta para fins de composição dos valores previstos na Lei Orçamentária Anual de 2021 de acordo com a estimativa da receita e o limite total da despesa.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I Das Diretrizes Gerais e do Orçamento Fiscal

Art. 12 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2021 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§1º - Serão disponibilizados à população, por divulgação no endereço eletrônico [www.prefeiturademossoro.com.br](http://www.prefeiturademossoro.com.br), os instrumentos de transparência da gestão fiscal tratados nos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.13 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único - O Poder Executivo adotará, até a entrada em vigor da Lei Orçamentária para 2021, metodologia para propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, observado o art. 52 desta Lei.

Art. 14 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2021, deverão levar em conta a obtenção das metas fiscais no conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 15 - Os valores indicados no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 serão fixados conforme orientação contida no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único - Os valores das expectativas das Receitas e da fixação das Despesas apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, poderão ser atualizados em decorrência de mudanças conjunturais que incidam sobre o (s) indicador (es) da base de cálculo, procedimento que deverá ser devidamente justificado conforme a legislação vigente.

Art. 16 - O Orçamento Geral do Município englobará todas as receitas e despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, evidenciando as políticas e programas de governo da Administração Pública direta e indireta, inclusive as fundações e fundos.

Parágrafo único - Na elaboração do orçamento geral serão obedecidos os princípios orçamentários, especialmente da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 17 - Não poderão ser fixadas despesas nem apresentadas emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 sem que estejam definidas as correspondentes fontes e origens de recursos, observado o disposto no art. 166, §3º, da Constituição Federal, art. 149, §2º, da Lei Orgânica, o art. 16 da Lei Complementar nacional nº 101/2000 e art. 33 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 18 - É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual de 2021 crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 19 - No Projeto de Lei Orçamentária somente serão incluídos os fundos que tiverem sido instituídos e regulamentados até a data do seu envio ao Poder Legislativo.

Art. 20 - Na programação de investimentos da Administração Municipal, além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, para fins de elaboração da Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, serão observadas as seguintes normas:

I - os projetos já iniciados terão preferência sobre os

novos;

II - somente se incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

a) tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

b) os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de contratos, convênios ou similares, na forma do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

III - não poderão ser programados e orçados novos projetos:

a) a conta de anulação parcial ou total de dotação destinada a projetos em andamento e cuja execução financeira, até o dia 31 de julho de 2020, tenha ultrapassado a 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

b) que não tenha sua viabilidade técnica, econômica e financeira previamente comprovada.

IV - nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem a prévia inclusão no Plano Plurianual.

§1º - Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de Leis Orçamentárias anteriores.

§2º - Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2020, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

Art. 21 - As receitas próprias dos órgãos, fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público, bem como de sociedade de economia mista, somente poderão ser programadas para cobrir despesas com investimentos se atenderem, prioritária e integralmente, suas necessidades de custeio administrativo e operacional, incluindo pessoal e encargos sociais, além do pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas e a contrapartida de convênios e operações de crédito.

Parágrafo único - Terão prioridade no atendimento das despesas com investimento de que trata o caput, as contrapartidas de convênios e a amortização de operações de créditos.

Art. 22 - Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - atividades e propagandas político-partidárias;

II - objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais dos Poderes do Município;

III - obras de grande porte capazes de comprometer o equilíbrio das finanças municipais, sem comprovada e clara necessidade, além de viabilidade técnica e financeira.

IV - início de construção, ampliação, reforma voluptuária ou útil, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais, exceto:

a) quando sejam objetos de programas habitacionais, cujos produtos sejam destinados à população de baixa renda ou em situação de emergência ou de calamidade pública, ou

b) autorizadas por lei específica;

V - aquisições de automóveis de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso:

a) do Prefeito Municipal;

b) do Presidente da Câmara Municipal.

VI - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

VII - ações que não sejam de competência exclusiva do Município, excetuadas as despesas relativas à manutenção do Tiro de Guerra 07-010 e da Delegacia do Serviço Militar, e outras que tenham sido assumidas por força de Lei, contrato ou convênio, inclusive como contrapartida no âmbito de Programas Federal, Estadual ou Internacional, bem como as cooperações entre órgãos ou entidades das demais esferas de governo e Poderes, inclusive autarquias, e entidades da iniciativa privada, nos termos do art. 62 de Lei Complementar nacional nº 101, de 2000.

VIII - clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IX - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública direta ou indireta, por qualquer serviço, inclusive de consultoria ou assistência técnica, ainda que custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que não possam ser desempenhadas, sem prejuízo das atribuições normais, por servidores ou empregados da Administração Municipal, ou que necessidades específicas recomendem.

Art. 23 - A Lei Orçamentária conterá dispositivo indicando que o Município aplicará não menos de:

I - 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 198, §2º E 3º, da Constituição Federal, na forma da Lei Complementar nacional nº 141, e 13 de janeiro de 2012. II - 30% (trinta por cento) das receitas dos impostos, compreendidas, as provenientes de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, na forma do art. 212 da Constituição Federal; Lei nº 2.717/2010, de 27 de dezembro de 2010 – Lei de Responsabilidade Educacional Niná Rebouças.

Parágrafo único - Havendo inovação da ordem constitucional ou legal nacional quanto à aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde e/ou de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, o Poder Executivo adotará as providências necessárias quanto à reprogramação orçamentária e financeira.

Art. 24 - É vedada a inclusão no Orçamento Geral do Município, ou em suas alterações, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social destinados a entidades de previdência complementar, pública ou privada, sem Lei municipal autorizada.

Art. 25 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS ou no Conselho Nacional de Assistência Social;

II - sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2021 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º - A inclusão de "subvenções sociais" na Lei Orçamentária e o processamento para geração da despesa respectiva observarão o disposto na Lei Municipal nº 1.257, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 26 - As dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" ou "contribuições", será permitida para realização de parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 2014, ou para realização ou apoio de ações com:

I - consórcios públicos, constituídos na forma da Lei Federal nº 11.107, de 2005;

II - pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790/1999; ou

III - cadastradas no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que desenvolvam ações e projetos de promoção, defesa e priorização dos direitos das crianças e adolescentes, nos termos da Lei Federal nº 8069, de 1990.

§1º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio;

II - estejam as entidades beneficiárias registradas nos conselhos ou cadastro específico municipal, de acordo com sua área temática, seja saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, meio ambiente entre outros.

§2º - A realização de transferência voluntária ou realização de ações no âmbito de programas de desenvolvimento econômico observará exclusivamente o disposto na Lei Municipal nº 1.502/2000.

Art. 27 - Lei municipal específica poderá regulamentar as transferências de recursos para o setor privado, para os fins do caput do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 - As subvenções sociais destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, com atividades de natureza continuada nas áreas de educação, saúde e assistência social terão suas dotações indicadas no Projeto de Lei Orçamentária das Unidades Orçamentárias da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social e Juventude, respectivamente.

Parágrafo único - Quando as subvenções sociais de que trata este artigo forem decorrentes de transferência de recursos externos, de outros entes da federação ou de entidades da iniciativa privada, observar-se-ão as normas adotadas pelo órgão ou entidade transferidora, não se aplicando o disposto no §2º do art. 25 desta Lei.

Art. 29 - As ações relativas às prioridades estabelecidas nesta Lei obedecerão à classificação funcional programática e serão descritas no orçamento em nível de função, subfunção e programa, com desdobramentos em projetos, atividades ou operações especiais, indicando os respectivos elementos de despesa e fontes.

Art. 30 - Os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observarão as disposições específicas em Lei, além das estipuladas na Lei Orçamentária Anual, se necessário.

Art. 31 - A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida.

Parágrafo único - Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades

Art. 24 - É vedada a inclusão no Orçamento Geral do Município, ou em suas alterações, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social destinados a entidades de previdência complementar, pública ou privada, sem Lei municipal autorizada.

Art. 25 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS ou no Conselho Nacional de Assistência Social;

II - sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2021 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º - A inclusão de "subvenções sociais" na Lei Orçamentária e o processamento para geração da despesa respectiva observarão o disposto na Lei Municipal nº 1.257, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 26 - As dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" ou "contribuições", será permitida para realização de parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 2014, ou para realização ou apoio de ações com:

I - consórcios públicos, constituídos na forma da Lei Federal nº 11.107, de 2005;

II - pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790/1999; ou

III - cadastradas no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que desenvolvam ações e projetos de promoção, defesa e priorização dos direitos das crianças e adolescentes, nos termos da Lei Federal nº 8069, de 1990.

§1º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio;

II - estejam as entidades beneficiárias registradas nos conselhos ou cadastro específico municipal, de acordo com sua área temática, seja saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, meio ambiente entre outros.

§2º - A realização de transferência voluntária ou realização de ações no âmbito de programas de desenvolvimento econômico observará exclusivamente o disposto na Lei Municipal nº 1.502/2000.

Art. 27 - Lei municipal específica poderá regulamentar as transferências de recursos para o setor privado, para os fins do caput do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 - As subvenções sociais destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, com atividades de natureza continuada nas áreas de educação, saúde e assistência social terão suas dotações indicadas no Projeto de Lei Orçamentária das Unidades Orçamentárias da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social e Juventude, respectivamente.

Parágrafo único - Quando as subvenções sociais de que trata este artigo forem decorrentes de transferência de recursos externos, de outros entes da federação ou de entidades da iniciativa privada, observar-se-ão as normas adotadas pelo órgão ou entidade transferidora, não se aplicando o disposto no §2º do art. 25 desta Lei.

Art. 29 - As ações relativas às prioridades estabelecidas nesta Lei obedecerão à classificação funcional programática e serão descritas no orçamento em nível de função, subfunção e programa, com desdobramentos em projetos, atividades ou operações especiais, indicando os respectivos elementos de despesa e fontes.

Art. 30 - Os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observarão as disposições específicas em Lei, além das estipuladas na Lei Orçamentária Anual, se necessário.

Art. 31 - A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida.

Parágrafo único - Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades



da administração indireta.

#### Seção II

##### Das Alterações nos Orçamentos

Art. 32 – Os Projetos de Leis relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual de 2021.

§1º - Acompanharão os Projetos de Leis relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e dos respectivos elementos de despesa.

§2º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§3º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por intermédio de Projetos de Leis específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§4º - Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

§5º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que trata o §1º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 4º, §1º, VI, desta Lei.

§6º - Serão abertos créditos adicionais para incorporar recursos de transferências voluntárias de outros entes da federação, de organismos estrangeiros ou de pessoas físicas ou jurídicas, cujos atos transferidores sejam subscritos ou realizados durante o exercício de 2021, de acordo com o que dispuser a Lei Orçamentária.

§7º - Não será admitido aumento do valor global dos Projetos de Leis de Orçamento e de créditos adicionais, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 57, combinado com o §2º do art. 149, ambos da Lei Orgânica de Mossoró.

Art. 33 - A abertura de créditos adicionais autorizados na Lei Orçamentária será realizada por Decreto, conforme disposto no art. 42 da Lei Federal nº 4.320/1964.

§1º - Os Órgãos do Poder Executivo encaminharão à Secretaria Municipal do Planejamento, os requerimentos de abertura de crédito adicional, na medida de suas necessidades, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§2º - A exposição de motivos de que trata o caput será acompanhada de documentos subscritos pelos Ordenadores de Despesa, que encaminhem os requerimentos de abertura de crédito adicional suplementar, na forma que dispuser instrução normativa específica.

Art. 34 - Os recursos alocados na Lei Orçamentária, com as destinações previstas para cobertura de despesas em cumprimento a precatórios judiciais e sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor, somente poderão ser canceladas para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade mediante autorização legislativa específica.

Parágrafo único - Para os fins desta Lei, consideram-se despesas de pequeno valor aquelas disciplinadas na Lei Municipal nº 2.616/2010.

#### Seção III

##### Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 35 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações e serviços públicos de saúde, de previdência e de assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - do orçamento fiscal;

II - das transferências constitucionais, legais ou voluntárias da União e do Estado;

III - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, esse orçamento, incluindo convênios, contratos, acordos e congêneres.

Parágrafo único - A destinação de recursos para atender a despesas de que trata o caput obedecerá, sempre que possível, ao princípio da descentralização.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES INERENTES ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36 - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa da folha de pagamento de julho de 2020, projetada para o exercício de 2021, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto no art. 38 desta Lei.

Art. 37 - No exercício de 2021, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal e no art. 38 desta Lei, somente serão admitidos servidores se:

I - existirem cargos e/ou empregos públicos vagos a preencher, já levando em consideração, se for o caso, os cargos transformados, bem como aqueles criados

de acordo com o art. 38 desta Lei;

II - houver vacância, após 31 de agosto de 2020, dos cargos ocupados;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

IV - for observado o limite previsto no art. 36;

V - for observado o disposto no art. 22 da Lei Complementar Nacional nº 101/2000.

Art. 38 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, na Administração Direta ou Indireta dos Poderes do Município, observado o disposto no art. 37 da Constituição Federal e a Lei Complementar nacional nº 101, de 2000.

Parágrafo único - Fica autorizado à realização de Concursos Públicos e Processos Seletivos para preenchimento do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Mossoró mediante a destinação de dotações orçamentárias na Lei Orçamentária Anual para o exercício seguinte.

Art. 39 - No exercício de 2021, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20, III, da Lei Complementar nº 101/2000, exceto no caso previsto no art. 30, §3º, da Lei Orgânica, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade. Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário prevista no caput, no âmbito do Poder Executivo será dada pelo Secretário Municipal de Administração, que sobre tal resolverá para atendimento de necessidades expressas dos órgãos municipais.

Art. 40 - O disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, efetuada por força de Lei ou decisão judicial, e os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente: I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;

III - não caracterizem relação direta de emprego.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 - Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária.

§1º - Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, outros encargos e amortização da dívida contratada, observado o disposto no art. 53, §4º, desta Lei.

§2º - Os recursos destinados a atender despesas com a dívida pública poderão ser utilizados como fonte de recursos de créditos suplementares para reforço de dotações com pessoal e encargos sociais quando ficar evidenciada a impossibilidade ou tornar desnecessária a sua aplicação no montante previsto na Lei Orçamentária, total ou parcialmente.

§3º - Para fixação das despesas com serviços de dívida, devem ser consideradas as operações de crédito contratadas e as autorizações concedidas até 31 de agosto de 2020.

§4º - Os limites globais para os montantes da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária bem como a realização ou contratação de operações de crédito interno ou externo, inclusive a concessão de garantias, obedecerão às normas estabelecidas em Resoluções específicas do Senado Federal.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 42 - A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, e demais disposições legais aplicáveis.

§1º - Aplicam-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, se dar mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§2º - São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do caput, os gastos governamentais indiretos decorrentes do Sistema tributário vigente que visam atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao Sistema Tributário de referência e que alcance, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e,

consequentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 43 - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de proposições legislativas que estejam em tramitação na Câmara Municipal ou no Congresso Nacional, de notória repercussão nas finanças municipais.

§1º - Se estimada a receita, na forma do caput, no projeto de Lei Orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente até 30 de julho de 2020, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, até 31 de julho de 2021, mediante Decreto, que também definirá os critérios para sua aplicação.

§3º - O Poder Executivo procederá, mediante Decreto, a ser publicado no prazo de até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária ou da publicação das alterações de que trata este artigo, à troca das fontes de recursos condicionadas constantes da Lei Orçamentária sancionada, pelas respectivas fontes definitivas.

§4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

Art. 44 - O Poder Executivo poderá encaminhar Projetos de Leis a fim de rever e atualizar a legislação tributária, objetivando a modernização e operacionalização fazendárias, inclusive quanto à administração tributária e financeira.

Art. 45 - As receitas auferidas pelo Município terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar na captação de recursos, observada a legislação tributária e financeira vigentes.

Art. 46 - Fica o Poder Executivo autorizado a encaminhar Projeto de Lei que altere a estrutura e a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), para adequá-lo ao facultado no §1º do art. 156, da Constituição Federal ou tornar mais efetiva sua cobrança e arrecadação, bem como adequar a previsões constantes da Lei Complementar nº 012/2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Mossoró.

Art. 47 - Ocorrendo alterações na legislação tributária, em consequência de Projeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal após 30 de setembro de 2020 e que implique em acréscimo relativo à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária para 2021, os recursos correspondentes servirão para abertura de créditos adicionais.

#### CAPÍTULO VIII

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 - No caso de o Projeto de Lei Orçamentária Anual não ser encaminhado à sanção até 31 de dezembro de 2020, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação constante da proposta remetida à Câmara Municipal, na forma do art. 152 da Lei Orgânica do Município.

§1º - Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as ações que não estavam em execução no exercício de 2020.

§2º - Excluem-se do limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento de despesas previstas no §4º do art. 53 desta Lei.

Art. 49 - No prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, os Poderes publicarão os Quadros de Detalhamento de Despesas - QDD, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, o elemento de despesa e fonte.

§1º - A aprovação dos Quadros de Detalhamento de Despesas dar-se-á:

I - por Decreto, quanto ao do Poder Executivo;

II - por Ato da Mesa, quanto ao do Poder Legislativo.

§2º - As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais obedecerão à classificação orçamentária vigente e serão integradas aos Quadros de Detalhamento de Despesas (QDD) por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

§3º - As modificações da receita e da despesa poderão ser alteradas por Portaria do Secretário Municipal do Planejamento, a fim de corrigi-las ou adequá-las a classificação adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

§4º - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional, inclusive recodificação numérica das ações.

Art. 50 - Fica estabelecida a data de 31 de julho de 2020, como prazo para envio, pelas unidades orçamentárias, de suas propostas orçamentárias parciais à Secretaria Municipal do Planejamento, para fim de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021.

Art. 51 - Até 60 (sessenta) dias após a sanção da Lei

Orçamentária Anual de 2021, serão indicados e totalizados com os respectivos valores orçamentários, para cada órgão e entidade, ao nível de projetos/atividades, os saldos dos créditos orçamentários especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2020 e reabertos na forma do disposto no art. 157, §2º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 52 - Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal, ou, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO, todos para o Rio Grande do Norte, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não especificados nesses índices.

§1º - O custo global de obras e serviços de engenharia contratados e executados, mediante convênios, com recursos dos orçamentos da União ou do Estado ou de Organismo ou Entidade Internacional serão obtidos de acordo com as normas, diretrizes e orientações prestadas pelo órgão transferidor.

§2º - Somente em condições especiais, devidamente justificadas, poderão os respectivos custos ultrapassar os limites fixados no caput deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 53 - Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário desta Lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, será fixado, separadamente, percentual de limitação por conjunto de categoria econômica e de grupo de natureza de despesa, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes do Município no total das dotações constantes da Lei Orçamentária de 2021, em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, especialmente aquelas previstas no §4º deste artigo.

§1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§2º - Os Poderes, com base na comunicação de que trata o §1º, publicarão ato específico, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no caput.

§3º - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, em até quinze dias depois decorrido o prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, relatório que será apreciado por sua Comissão competente, contendo a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas e demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos.

§4º - Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a:

I - pessoal e encargos sociais;

II - manutenção de ações e serviços de saúde, educação e assistência social;

III - convênios e contratos assumidos no âmbito de Programas Federais, Estaduais ou Internacionais;

IV - despesas obrigatórias de caráter continuado;

V - pagamento do serviço da dívida.

§5º - Não se limitará o empenho na hipótese de calamidade pública, na forma do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000.

§6º - Em razão de áleas econômicas que impactem negativamente a arrecadação de tributos e outras receitas, inclusive de transferências, capazes de comprometer a execução orçamentária da despesa, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão o contingenciamento das respectivas dotações orçamentárias, a fim de permitir a execução dos programas de trabalho e das ações de governo compatíveis com a previsão ajustada da receita, podendo cancelar ou sustar total ou parcialmente ações orçamentárias e respectivos empenhos e contratos dele decorrentes.

Art. 54 - Para os estritos efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o §3º do art. 182 da Constituição;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do §3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 55 - Para efeito do disposto no art. 42 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000: I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva ser verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado;

III - realizada ou executada a despesa, no momento de sua liquidação.

Art. 56 - Os Poderes estabelecerão até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§1º - Os atos de que trata o caput conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§2º - No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas quadrimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III - demonstrativo de que a programação atende a essas metas.

§3º - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 57 - A exceção do pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos municipais, despesas decorrentes de convocação extraordinária da Câmara Municipal, ou de vantagens autorizadas por dispositivos previstos em qualquer ato normativo ou decisão judicial transitada em julgado a partir de 1º de julho de 2020, a execução de despesas não previstas nos limites estabelecidos na forma do art. 36 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para cobrir tais despesas.

Art. 58 - São ordenadores de despesas, no âmbito do Poder Executivo, os Secretários Municipais e os titulares dos órgãos da Administração Indireta.

§1º - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§2º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências

derivadas da inobservância do caput.

§3º - A ordenação do pagamento far-se-á por despacho autorizativo do Secretário Municipal de Administração.

Art. 59 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, §2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto.

Art. 60 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Órgão concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos e deles prestarão contas na forma da lei, de Resoluções do Tribunal de Contas e do termo de parceria ou convênio.

Art. 61 - A prestação de contas do Município ao longo do exercício de 2021, incluirá os relatórios de execução, na forma e prazos estipulados na Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº 101/2000 e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 62 - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2021, para o pagamento de precatórios, previstos no art. 100 da Constituição Federal, será realizada de acordo com o estipulado na Emenda Constitucional nº 62, de 2009, 94, de 2016, e no Decreto nº 3.579, de 5 de março de 2010 e em atos normativos do Conselho Nacional do Judiciário, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

§1º - A atualização monetária dos precatórios, quando cabível, não poderá superar, a participação dos cidadãos e das organizações comunitárias e civis no processo de seleção de obras e serviços públicos prioritários, respeitados os critérios de viabilidade técnica, econômica, financeira e legal.

§2º - A dotação para cobertura de despesas com precatórios e decisões judiciais transitadas em julgado de pequeno valor será consignada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 63 - O Poder Executivo assegurará, através de mecanismos a ser estabelecidos, a participação dos cidadãos e das organizações comunitárias e civis no processo de seleção de obras e serviços públicos prioritários, respeitados os critérios de viabilidade técnica, econômica, financeira e legal.

Art. 64 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró/RN, 29 de julho de 2020.

ROSALBA CIARLINI

Prefeita

Unidade Orçamentária: 01.101 - CÂMARA MUNICIPAL

1358 - CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Função: 01 - LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

2001 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Função: 01 - LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

2309 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DOS VEREADORES

Função: 01 - LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

Unidade Orçamentária: 01.201 - FUNDAÇÃO VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

2481 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Função: 01 - LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

2579 - PROJETO CÂMARA CULTURAL

Função: 01 - LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

2580 - PROJETO CÂMARA EMPREENDEDOR

Função: 01 - LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

Unidade Orçamentária: 02.101 - GABINETE DO PREFEITO

1001 - APOIO AS INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL

Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA

Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

1108 - REORDENAMENTO JURÍDICO MUNICIPAL

Sub-Função: 125 - NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Programa: 0006 - MOSSORÓ DO FUTURO

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

2002 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO GABINETE DO PREFEITO.

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

2027 - MANUTENÇÃO DO TIRO DE GUERRA 07-010

Função: 05 - DEFESA NACIONAL

Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0020 - MOSSORÓ COM MAIS SEGURANÇA

Esfere: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

2028 - MANUTENÇÃO DA DELEGACIA DO SERVIÇO MILITAR

Função: 05 - DEFESA NACIONAL

Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0020 - MOSSORÓ COM MAIS SEGURANÇA

Esfere: 01 - Fiscal



Ativo: Sim  
2053 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 721 - COMUNICAÇÕES POSTAIS  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2456 - COORD. E MAN. DOS SERV ADMINISTRATIVOS DA GER. EXEC. DE TRANSPARÊNCIA E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2457 - MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2550 - AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2608 - MOSSORÓ CIDADE INTELIGENTE  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 02.102 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
1113 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 124 - CONTROLE INTERNO  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1156 - MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 124 - CONTROLE INTERNO  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2003 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 124 - CONTROLE INTERNO  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2126 - MODERNIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA DIRETORIA DE AUDITORIA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 124 - CONTROLE INTERNO  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 02.103 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
1018 - PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E PROMOCIONAIS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1025 - MANUTENÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1147 - APOIO ÀS INICIATIVAS DE CIDADANIA DA SOCIEDADE CIVIL  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2026 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2029 - DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS GOVERNAMENTAIS.  
Função: 24 - COMUNICAÇÕES  
Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 02.105 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
1359 - AMPLIAÇÃO DO PROCON MUNICIPAL ATRAVÉS DE ABERTURA DE NOVAS UNIDADES  
Descrição: AMPLIAÇÃO DO PROCON MUNICIPAL ATRAVÉS DE ABERTURA DE NOVAS UNIDADES  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2023 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2442 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO PROCON MUNICIPAL  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 03.101 - GABINETE VICE PREFEITO  
2004 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO GABINETE DO VICE-PREFEITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 04.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
1003 - ELABORAÇÃO, REVISÃO E APRIMORAMENTO DE ESTUDOS, PROJETOS, PESQUISAS E PLANOS SETORIAIS.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
Programa: 0006 - MOSSORO DO FUTURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1004 - ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1006 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0006 - MOSSORO DO FUTURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2005 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SEC. DO PLANEJAMENTO.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2610 - NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
Programa: 0006 - MOSSORO DO FUTURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2611 - ORÇAMENTO CIDADÃO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2687 - IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
Programa: 0006 - MOSSORO DO FUTURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 05.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
1005 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0005 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1007 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0005 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1024 - CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1026 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1172 - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS - PMAT  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2006 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2031 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E CONTÁBIL.  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2037 - MANUTENÇÃO DO FORNECIMENTO ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2038 - MANUTENÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2039 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 722 - TELECOMUNICAÇÕES  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2040 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET  
 Sub-Função: 722 - TELECOMUNICAÇÕES  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2041 - MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2042 - GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2043 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA  
 Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL  
 Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2044 - CONTRIBUIÇÃO AO FGTS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2045 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2047 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS REPROGRÁFICOS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2097 - MANUTENÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
 Função: 15 - URBANISMO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2108 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERV. ADMIN. DA DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE COMPRAS E MATERIAIS  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2109 - MANUTENÇÃO DO FORNECIMENTO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2197 - MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE ESTÁGIOS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 334 - FOMENTO AO TRABALHO  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2335 - PRODUÇÃO, GERENC. E PUBLICIDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E PROMOCIONAIS DA SEC. DA ADMINISTRAÇÃO  
 Função: 24 - COMUNICAÇÕES  
 Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2428 - CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO CENTRAL

Descrição: CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO CENTRAL  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2458 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA - PAC II  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2459 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA - PNAFM  
 Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2460 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA - CAMINHO DA ESCOLA  
 Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2461 - AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS DIVERSOS  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2462 - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2463 - RESTITUIÇÕES TRIBUTÁRIAS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 129 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 Unidade Orçamentária: 06.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
 1086 - GESTÃO DO CADASTRO DE CONTRIBUÍNTES  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 1087 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
 Programa: 0005 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 1088 - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim  
 1143 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMIN.E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS-PNAFM.  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim  
 2016 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DA FAZENDA.  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2030 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES NÃO TRIBUTÁRIAS  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2325 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA - PNAFM  
 Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim  
 2336 - PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO E PUBLICIDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E PROMOCIONAIS DA SEC. DA FAZENDA.  
 Função: 24 - COMUNICAÇÕES  
 Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim  
 2685 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENV. DA ADM TRIBUTARIA DA FAZENDA.  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 129 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 Unidade Orçamentária: 07.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 1029 - ARTE E CULTURA NA ESCOLA  
 Função: 12 - EDUCAÇÃO  
 Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
 Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
 Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1030 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0022 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1031 - AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS E GÁS DE COZINHA (GLP)  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0022 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1032 - CAPACITAÇÃO DE MERENDEIRAS  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0022 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1033 - FARDAMENTO PARA MERENDEIRAS

Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0022 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1034 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA E.J.A.  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1035 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E BICICLETAS PARA TRANSPORTE ESCOLAR  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0021 - TRANSPORTE DO ESCOLAR  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1036 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1037 - AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1039 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1040 - IMPLEMENTAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1041 - FORMAÇÃO CONTINUADA  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0005 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1042 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES E GINÁSIOS  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1043 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0023 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1044 - AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0023 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1045 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0023 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1046 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0005 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2008 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2056 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2057 - FUNCIONAMENTO DE PORTAL DO SABER  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0032 - INCLUSÃO DIGITAL E DIFUSÃO TECNOLÓGICA  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2058 - OFERTA E MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE DO ESCOLAR  
Programa: 0021 - TRANSPORTE DO ESCOLAR  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2059 - MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS ESCOLARES  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0021 - TRANSPORTE DO ESCOLAR  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2060 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2061 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2062 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0023 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2063 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0023 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2065 - FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2125 - UNIVERSALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2150 - PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2151 - FARDAMENTO ESCOLAR  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2187 - PROMOÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO O USO DE ALCOOL E DROGAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES.  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2192 - MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE ESTÁGIO  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2311 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0023 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2312 - IMPLANTAÇÃO DE CRECHES EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 60% FUNDEB  
Função: 12 - EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa: 0023 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2320 - AQUISIÇÃO E EXPEDIÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ESTUDANTIL.



Função: 12 - EDUCAÇÃO  
 Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
 Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2343 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL - 40% FUNDEB  
 Função: 12 - EDUCAÇÃO  
 Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
 Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2344 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL - 60% FUNDEB  
 Programa: 0024 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2345 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 60% FUNDEB  
 Função: 12 - EDUCAÇÃO  
 Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
 Programa: 0023 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2346 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 40% FUNDEB  
 Função: 12 - EDUCAÇÃO  
 Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
 Programa: 0023 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2551 - PROMOÇÃO DE AÇÕES PARA INCLUSÃO DIGITAL DA JUVENTUDE DO CAMPO  
 Função: 12 - EDUCAÇÃO  
 Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
 Programa: 0005 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 Unidade Orçamentária: 07.103 - SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER  
 1319 - CRAQUE DO FUTURO  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 811 - DESPORTO DE RENDIMENTO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 1320 - PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS AMADORES  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 1321 - CIRCUITO MOSSOROENSE DE FUTEBOL AMADOR  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 1322 - PROMOÇÃO E APOIO A PROJETOS DE LAZER PÚBLICO  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 1323 - MUSEU DO ESPORTE DE MOSSORÓ  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
 Programa: 0029 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2454 - COORDENAÇÃO E MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS DO ESTÁDIO MUNICIPAL PROF. MANOEL LEONARDO NOGUEIRA  
 Descrição: COORDENAÇÃO E MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS DO ESTÁDIO MUNICIPAL PROF. MANOEL LEONARDO NOGUEIRA - NOGUEIRÃO  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2474 - PROMOÇÃO DE ESCOLINHAS DE PRÁTICA ESPORTIVA  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 813 - LAZER  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2475 - COORDENAÇÃO E MANUT. DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTES E LAZER  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2476 - MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES ENGENHEIRO PEDRO CIARLINI NETO  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2477 - CIRCUITO MOSSOROENSE DE ESPORTES RADICAIS  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER

Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2478 - PROJETO CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2502 - VOLTA CICLÍSTICA DA ZONA OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE - PROVA CICLÍSTICA GOV. DIX-SEPT ROSADO  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2552 - FORTALECIMENTO DE ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER NAS COMUNIDADES RURAIS  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 813 - LAZER  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2553 - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INICIAÇÃO AO ESPORTE PARA JOVENS E ADOLESCENTES  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 813 - LAZER  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2602 - ESPORTE SEM FRONTEIRAS  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2603 - GINCANA RURAL  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 813 - LAZER  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim  
 2604 - JOGOS OLÍMPICOS INDOOR  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 Unidade Orçamentária: 08.301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 1048 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0034 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1049 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0034 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1050 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E OUTROS UTENSÍLIOS PARA SAÚDE  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0034 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1051 - CAMPANHAS EDUCATIVAS EM SAÚDE  
 Sub-Função: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
 Programa: 0038 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1052 - IMPLANTAR SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0025 - MELHORIA DA GESTÃO, DO ACESSO E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1053 - INFORMATIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E DAS UNIDADES DE SAÚDE  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 Programa: 0038 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1054 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
 Programa: 0038 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1152 - CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DO HOSPITAL MATERNIDADE MUNICIPAL  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 Programa: 0035 - MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1161 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ZOOZOSES  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
 Programa: 0036 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1219 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0025 - MELHORIA DA GESTÃO, DO ACESSO E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2009 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS



**DA SECRETARIA DA SAÚDE.**

Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0038 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2066 - MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO

Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2067 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - REDE PÚBLICA  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2068 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - REDE PRIVADA  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2069 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO  
 Programa: 0037 - ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2070 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0034 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2071 - CONTROLE E COMBATE A ENDEMIAS E EPIDEMIAS  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
 Programa: 0036 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2074 - AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE BUCAL  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0034 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2075 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2076 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0038 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2077 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0034 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2078 - AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
 Programa: 0036 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2090 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ODONTOLOGIA  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2091 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIAS PRÉ-HOSPITALARES  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2106 - MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0038 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2113 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE DO TRABALHADOR  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2119 - AÇÕES DE PLANEJAMENTO FAMILIAR  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA  
 Programa: 0034 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2120 - AÇÕES DE PREVENÇÃO A DST/AIDS  
 Sub-Função: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
 Programa: 0036 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2206 - MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2317 - ASSISTÊNCIA E TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS.  
 Função: 10 - SAÚDE

Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social Ativo: Sim  
 2338 - PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO E PUBLICIDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E PROMOCIONAIS DA SEC. DA SAÚDE.  
 Função: 24 - COMUNICAÇÕES  
 Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2358 - IMPLANTAÇÃO DE UBS'S MÓVEIS NAS ZONAS RURAIS  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0034 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2542 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO - SVO  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
 Programa: 0036 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2554 - CENTRO DE TRATAMENTO DE ANIMAIS  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
 Programa: 0036 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2555 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 Programa: 0035 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2556 - AÇÕES DE COMBATE À OBESIDADE  
 Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA  
 Programa: 0034 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2557 - AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA DE ZOOSES E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITADAS POR VETORES  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
 Programa: 0036 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2558 - RECOLHIMENTO, ABRIGO, CONTROLE, CADASTRO E ADOÇÃO DE ANIMAIS EM CONDIÇÕES DE RUA  
 Função: 10 - SAÚDE  
 Sub-Função: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
 Programa: 0036 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 Unidade Orçamentária: 09.301 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 1055 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIAL  
 Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
 Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1057 - DISTRIBUIÇÃO DE URNAS FÚNEBRES  
 Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
 Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
 Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1058 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
 Programa: 0005 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1059 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
 Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Sub-Função: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO  
 Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 1061 - ATENDIMENTO NO CADASTRO ÚNICO (BOLSA FAMÍLIA)  
 Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
 Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
 Esfera: 02 - Seguridade Social Ativo: Sim  
 2010 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E JUVENTUDE.  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2079 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES  
 Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
 Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2080 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
 Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2081 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COMDICA  
 Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
 Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
 Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2082 - ATENÇÃO À PESSOA IDOSA  
 Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Sub-Função: 241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO

Programa: 0071 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2084 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Programa: 0071 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2086 - AÇÕES DE RESGATE À CIDADANIA  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 421 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0071 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2087 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS CASA DA NOSSA GENTE  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa: 0071 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2088 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS C.R.A.S.  
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa: 0071 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2089 - APOIO À POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 845 - TRANSFERÊNCIAS  
Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2104 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2114 - APOIO E MANUTENÇÃO DO ABRIGO/IDOSO  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL Sub-Função: 241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2115 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2121 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PETI  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2123 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO C.R.E.A.S.  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2124 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ABRIGO INFANTIL/NIAC  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2137 - APOIO AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS  
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2138 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2140 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2141 - AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A EMERGÊNCIA E CALAMIDADES  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 182 - DEFESA CIVIL  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2147 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2148 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2149 - NÚCLEO DE PROGRAMAS E PROJETOS PRÓ MULHER  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2195 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL/ CASA DE PASSAGEM  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2196 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS ALDEIAS INFANTIS SOS CRIANÇA (CASA LAR)  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2203 - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-IGDSUAS.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2204 - PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO- ACESSUAS/ TRABALHO.  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2314 - SISTEMA MUNICIPAL DE INCLUSÃO DIGITAL.  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2339 - PRODUÇÃO, GERENC. E PUBLICIDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E PROMOCIONAIS DA SEC.DESENV.SOCIAL  
Função: 24 - COMUNICAÇÕES  
Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2347 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2348 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CENTRO DE REFERÊNCIA PARA MULHER (CRM)  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2431 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2432 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2559 - ATENÇÃO A PESSOA COM MICROCEFALIA  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA  
Programa: 0071 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2560 - PROMOÇÕES DE AÇÕES DE ENFENTAMENTO À VIOLÊNCIA EXPLORAÇÃO E TRÁFICO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2561 - PROMOÇÃO DE ATIVIDADES VOLTADAS PARA RESSOCIALIZAÇÃO DE MENORES INFRATORES  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 421 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0071 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2562 - CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2563 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DE ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2564 - IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REDE DE ACOLHIMENTO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2565 - IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REDE DE ACOLHIMENTO DAS PESSOAS LGBT VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2566 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2567 - PROPICIAR E FORTALECER AÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2568 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE EXCLUSÃO E DESIGUALDADE DE GÊNEROS E RAÇA/ETNIA  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 421 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0071 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2569 - ATENÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA  
Programa: 0071 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
2581 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CASA DE PASSAGEM PARA ADOLESCENTE  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE Programa: 0072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL. Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 09.302 - FUNDO MUN PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
2085 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 10.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
1349 - MOSSORÓ CIDADE JUNINA  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0028 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1352 - PROMOÇÃO E APOIO E EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DIVERSOS  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0028 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1353 - MANUTENÇÃO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0029 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1354 - CHUVA DE BALA E CIDADELA  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0028 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1355 - PRÊMIO FOMENTO - DE ACORDO COM A LEI Nº 3.270 DE 20 DE MARÇO DE 2015-LEI MAURÍCIO DE OLIVEIRA  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1356 - CORREDOR CULTURAL  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1357 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, E SUA PRESERVAÇÃO  
Descrição: IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, E SUA PRESERVAÇÃO.  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0029 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1362 - REFORMA E MANUTENÇÃO DO MUSEU LAURO DA ESCÓSSIA  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0029 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2544 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
Descrição: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2545 - MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO DAS ARTES ELIZEU VENTANIA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2546 - MANUTENÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DIX-HUIT ROSADO  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2547 - MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL NEY PONTES DUARTE  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2548 - PROMOÇÃO E APOIO A MANIFESTAÇÃO CULTURAL DOS GRUPOS

ARTÍSCOS LOCAIS  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2549 - ESCOLA DE ARTES  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2570 - CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DE ARTES AUDIOVISUAL  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2571 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DE LITERATURA POPULAR  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2572 - IMPLANTAÇÃO DE UMA PINACOTECA  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2573 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2574 - IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DA CULTURA POPULAR  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0029 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2592 - MOSSORÓ CIDADE FOLIA  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0028 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2593 - MOSSORÓ TERRA DE LUZ  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0028 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2594 - MOSSORÓ TERRA DA LIBERDADE  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0028 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2595 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ARENA CULTURAL  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0028 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2596 - FORTALECIMENTO DA CULTURA POPULAR  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0028 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2597 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0028 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2598 - MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA DE LITERATURA POPULAR  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2599 - MANUTENÇÃO DA PINACOTECA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2600 - MANUTENÇÃO DO MEMORIAL DA CULTURA POPULAR  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2601 - LEI DE INCENTIVO A CULTURA VINGT - UN ROSADO  
Descrição: LEI DE INCENTIVO A CULTURA VINGT ROSADO  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2605 - CAPACITAÇÃO DE GRUPOS ARTÍSTICOS LOCAIS  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO  
Esfera: 01 - Fiscal



Ativo: Sim 2606 - DATAS CULTURAIS COMEMORATIVAS Função: 13 - CULTURA Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL Programa: 0017 - DIVERSÃO E ARTE POR TODO CANTO Esfera: 01 - Fiscal	Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim 2371 - REFORMA E MANUTENÇÃO DO MERCADO DO BOM JARDIM Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO
Ativo: Sim Unidade Orçamentária: 11.101 - SECRETARIAMUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 1070 - APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS DE FORTALECIMENTO ECONÔMICO Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 691 - PROMOÇÃO COMERCIAL Programa: 0010 - EVENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO Esfera: 01 - Fiscal	Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim 2372 - REFORMA E MANUTENÇÃO DO CENTRO COMERCIAL DO VUCO-VUCO. Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO
Ativo: Sim 1072 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE PROMOÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU AGROPECUÁRIA. Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 0010 - EVENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO Esfera: 01 - Fiscal	Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim 2373 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS MERCADOS PÚBLICOS MUNICIPAL Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO
Ativo: Sim 1116 - CONTRIBUIÇÃO PARA REDE MERCOCIDADES Função: 07 - RELAÇÕES EXTERIORES Sub-Função: 212 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL Programa: 0010 - EVENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO Esfera: 01 - Fiscal	Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim 2377 - REFORMA E MANUTENÇÃO DA PRAÇA DA CONVIVÊNCIA Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 695 - TURISMO
Ativo: Sim 1171 - ESTÍMULO À INOVAÇÃO EMPRESARIAL Descrição: ESTÍMULO À INOVAÇÃO EMPRESARIAL	Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim 2378 - REFORMA E MANUTENÇÃO DO PARQUE DA CRIANÇA Função: 15 - URBANISMO Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Função: 11 - TRABALHO Sub-Função: 572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA Programa: 0032 - INCLUSÃO DIGITAL E DIFUSÃO TECNOLÓGICA Esfera: 01 - Fiscal	Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim 2575 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONALIZANTE COM FOCO NAS TENDÊNCIAS ECONÔMICAS REGIONAIS Função: 11 - TRABALHO Sub-Função: 333 - EMPREGABILIDADE
Ativo: Sim 1373 - PROMOÇÃO TURÍSTICA DE MOSSORÓ Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 695 - TURISMO Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ Esfera: 01 - Fiscal	Programa: 0030 - EMPREGO DA GENTE Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim 2576 - IMPLANTAÇÃO DE COMITÊ TÉCNICO MULTID. DE REFORMA E REEST. DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DE VOCAÇÃO ECONÔMICA Descrição: IMPLANTAÇÃO DE COMITÊ TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR DE REFORMA E REESTRUTURAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DE VOCAÇÃO ECONÔMICA.
Ativo: Sim 1374 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS TURÍSTICOS Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 695 - TURISMO Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ Esfera: 01 - Fiscal	Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim 2587 - APOIO AO ARTESANATO Função: 11 - TRABALHO Sub-Função: 334 - FOMENTO AO TRABALHO
Ativo: Sim 2012 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM DA SEC. DO DESENV. ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS Esfera: 01 - Fiscal	Programa: 0030 - EMPREGO DA GENTE Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim 2588 - APOIO AO MICROCRÉDITO Função: 11 - TRABALHO Sub-Função: 334 - FOMENTO AO TRABALHO Programa: 0030 - EMPREGO DA GENTE Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim 2105 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM EMPRESAS Função: 22 - INDÚSTRIA Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS Programa: 0009 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL Esfera: 01 - Fiscal	Ativo: Sim 2589 - POLÍTICAS DE USO E APROVEITAMENTO PARA REATIVAÇÃO DE CAMPOS MADUROS Função: 19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA Sub-Função: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO Programa: 0013 - PROGRAMAS ESPECIAIS DE DESENVOLVIMENTO Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim 2341 - PRODUÇÃO, GERENC. E PUBLICIDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E PROMOCIONAIS DA SEC. DO DES. ECON. E TRABALH Função: 24 - COMUNICAÇÕES Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA Esfera: 01 - Fiscal	Ativo: Sim 2590 - CAPACITAÇÃO QUALIFICAÇÃO E RECICLAGEM PARA O TRAB. E EMPREGO Função: 11 - TRABALHO Sub-Função: 333 - EMPREGABILIDADE Programa: 0030 - EMPREGO DA GENTE Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim 2362 - MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE AGÊNCIAS DO TRABALHADOR Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 0030 - EMPREGO DA GENTE Esfera: 01 - Fiscal	Ativo: Sim 2591 - QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA DIRECIONADAS AS ENERGIAS RENOVÁVEIS Função: 11 - TRABALHO Sub-Função: 333 - EMPREGABILIDADE Programa: 0030 - EMPREGO DA GENTE Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim 2363 - CAPACITAÇÃO GERENCIAL PARA MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL. Função: 11 - TRABALHO Sub-Função: 333 - EMPREGABILIDADE Programa: 0013 - PROGRAMAS ESPECIAIS DE DESENVOLVIMENTO Esfera: 01 - Fiscal	Ativo: Sim 2646 - CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim 2366 - INTERMEDIÇÃO DO EMPREGO Função: 11 - TRABALHO Sub-Função: 333 - EMPREGABILIDADE Programa: 0030 - EMPREGO DA GENTE Esfera: 01 - Fiscal	Ativo: Sim 2647 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA DIRETORIA EXECUTIVA DE TURISMO Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim 2368 - REFORMA E MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO Esfera: 01 - Fiscal	Ativo: Sim 2648 - SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DE MOSSORÓ Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 695 - TURISMO Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ Esfera: 01 - Fiscal
Ativo: Sim 2369 - REFORMA E MANUTENÇÃO DO MERCADO TEOBALDO DOS SANTOS (MERCADO CENTRAL) Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO Esfera: 01 - Fiscal	
Ativo: Sim 2370 - REFORMA E MANUTENÇÃO DO MERCADO DO ALTO DA CONCEIÇÃO Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO	

Ativo: Sim  
2649 - IMPLEMENTAÇÃO TURÍSTICA PARA OS FESTEJOS JUNINOS DE MOSSORÓ - MCJ, CHUVA DE BALA E CIDADELA  
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
Sub-Função: 695 - TURISMO  
Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2650 - DOAÇÃO DE TERRENO PARA DISTRITO INDUSTRIAL  
Função: 22 - INDÚSTRIA  
Sub-Função: 661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL  
Programa: 0009 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 11.102 - SECRETARIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA  
1216 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
Sub-Função: 692 - COMERCIALIZAÇÃO  
Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1331 - PROMOÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FEIRAS LIVRES  
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO  
Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1332 - EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL  
Função: 20 - AGRICULTURA  
Sub-Função: 752 - ENERGIA ELÉTRICA  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1333 - PROJETO COLMÉIA  
Função: 20 - AGRICULTURA  
Sub-Função: 602 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1334 - PROMOÇÃO DA CAPRINOVINOCULTURA  
Função: 20 - AGRICULTURA  
Sub-Função: 602 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1337 - APOIO A PROGRAMA E PROJETOS DE HABITAÇÃO POPULAR NA ZONA RURAL  
Função: 16 - HABITAÇÃO  
Sub-Função: 481 - HABITAÇÃO RURAL  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1338 - ÁGUA VIVA  
Função: 20 - AGRICULTURA  
Sub-Função: 544 - RECURSOS HÍDRICOS  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1339 - PROJETO SEMEAR  
Função: 20 - AGRICULTURA  
Sub-Função: 601 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1340 - APOIO AO HOMEM DO CAMPO  
Função: 20 - AGRICULTURA  
Sub-Função: 601 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1341 - FESTA DO BODE  
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
Sub-Função: 691 - PROMOÇÃO COMERCIAL  
Programa: 0010 - EVENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2515 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2517 - PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MEIO RURAL  
Função: 20 - AGRICULTURA  
Sub-Função: 334 - FOMENTO AO TRABALHO  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2577 - AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA IRRIGADA  
Função: 20 - AGRICULTURA  
Sub-Função: 601 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2582 - SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL-SIM  
Função: 20 - AGRICULTURA  
Sub-Função: 601 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 11.103 - SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO  
1328 - PROMOÇÃO TURÍSTICA DE MOSSORÓ  
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS

Sub-Função: 695 - TURISMO  
Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1329 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS TURÍSTICOS  
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
Sub-Função: 695 - TURISMO  
Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1330 - CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2512 - COORDENAÇÃO E MANUT. DOS SERV.ADMIN. SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2514 - SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DE MOSSORÓ  
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
Sub-Função: 695 - TURISMO  
Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2540 - IMPLEMENTAÇÃO TURÍSTICA PARA OS FESTEJOS JUNINOS DE MOSSORÓ - MCJ, CHUVA DE BALA E CIDADELA  
Descrição: IMPLEMENTAÇÃO TURÍSTICA PARA OS FESTEJOS JUNINOS DE MOSSORÓ - MOSSORÓ CIDADE JUNINA, CHUVA DE BALAS E CIDADELA  
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
Sub-Função: 695 - TURISMO  
Programa: 0007 - BEM-VINDO A MOSSORÓ  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 11.301 - FUNDO DESENV ECONÔMICO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL  
2357 - DOAÇÃO DE TERRENO PARA DISTRITO INDUSTRIAL  
Função: 22 - INDÚSTRIA  
Sub-Função: 661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL  
Programa: 0009 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 12.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
2612 - CRAQUE DO FUTURO  
Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
Sub-Função: 811 - DESPORTO DE RENDIMENTO  
Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2613 - PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS AMADORES  
Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2614 - CIRCUITO MOSSOROENSE DE FUTEBOL AMADOR  
Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2615 - PROMOÇÃO E APOIO A PROJETOS DE LAZER PÚBLICO  
Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2616 - MUSEU DE ESPORTE DE MOSSORÓ  
Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0029 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2617 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADM ESTÁDIO MUNICIPAL PROF. MANOEL LEONARDO NOGUEIRA  
Descrição: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO ESTÁDIO MUNICIPAL PROF. MANOEL LEONARDO NOGUEIRA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2618 - PROMOÇÃO DE ESCOLINHAS DE PRÁTICA ESPORTIVA  
Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
Sub-Função: 813 - LAZER  
Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2619 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2620 - MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES ENGENHEIRO PEDRO CIARLINI NETO  
Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

2621 - CIRCUITO MOSSOROENSE DE ESPORTES RADICAIS  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2622 - PROJETO CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2623 - VOLTA CICLISTA DA ZONA OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE-  
 PROVA CICLISTA GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2624 - FORTALECIMENTO DE ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER NAS  
 COMUNIDADES RURAIS  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 813 - LAZER  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2625 - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INICIAÇÃO AO ESPORTE PARA  
 JOVENS E ADOLESCENTES  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 813 - LAZER  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2626 - ESPORTES SEM FRONTEIRAS  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2627 - GINCANA RURAL  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 813 - LAZER  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2628 - JOGOS OLÍMPICOS INDOOR  
 Função: 27 - DESPORTO E LAZER  
 Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO  
 Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

Unidade Orçamentária: 13.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

2633 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA  
 Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL  
 Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2634 - CONTRIBUIÇÃO AO FGTS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2635 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
 DA SECRETARIA DE FINANÇAS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2636 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2637 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA - PAC II  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2638 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA - PNAFM  
 Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2639 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA - CAMINHO  
 DA ESCOLA  
 Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2640 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2641 - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim

2642 - RESTITUIÇÕES TRIBUTÁRIAS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 129 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2643 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E  
 CONTÁBIL  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
 Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA  
 ADMINISTRATIVA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

Unidade Orçamentária: 14.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E  
 DESENV RURAL

1363 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DA  
 AGRICULTURA FAMILIAR  
 Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
 Sub-Função: 692 - COMERCIALIZAÇÃO  
 Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E  
 COMERCIALIZAÇÃO  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

1364 - PROMOÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FEIRAS LIVRES  
 Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
 Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO  
 Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E  
 COMERCIALIZAÇÃO  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

1365 - EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL  
 Função: 20 - AGRICULTURA  
 Sub-Função: 752 - ENERGIA ELÉTRICA  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

1366 - PROJETO COLMÉIA  
 Função: 20 - AGRICULTURA  
 Sub-Função: 607 - IRRIGAÇÃO  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

1367 - PROMOÇÃO DA CAPRINOVINOCULTURA  
 Função: 20 - AGRICULTURA  
 Sub-Função: 607 - IRRIGAÇÃO  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

1368 - APOIO A PROGRAMA E PROJETOS DE HABITAÇÃO POPULAR NA  
 ZONA RURAL  
 Função: 16 - HABITAÇÃO  
 Sub-Função: 481 - HABITAÇÃO RURAL  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

1369 - ÁGUA VIVA  
 Função: 20 - AGRICULTURA  
 Sub-Função: 544 - RECURSOS HÍDRICOS  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

1370 - PROJETO SEMEAR  
 Função: 20 - AGRICULTURA  
 Sub-Função: 607 - IRRIGAÇÃO  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

1371 - APOIO AO HOMEM DO CAMPO  
 Função: 20 - AGRICULTURA  
 Sub-Função: 607 - IRRIGAÇÃO  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

1372 - FESTA DO BODE  
 Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
 Sub-Função: 691 - PROMOÇÃO COMERCIAL  
 Programa: 0010 - EVENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2629 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA  
 M. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL  
 Descrição: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA  
 MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL.  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2630 - PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MEIO RURAL  
 Função: 20 - AGRICULTURA  
 Sub-Função: 334 - FOMENTO AO TRABALHO  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2631 - AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA IRRIGADA  
 Função: 20 - AGRICULTURA  
 Sub-Função: 607 - IRRIGAÇÃO  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2632 - SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL-SIM  
 Função: 20 - AGRICULTURA  
 Sub-Função: 607 - IRRIGAÇÃO  
 Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
 Esfera: 01 - Fiscal



Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 18.101 - SEC MUN DE SEG. PÚB, D. CIVIL, MOB. URB E TRANSITO  
1211 - AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A EMERGÊNCIAS E CALAMIDADES  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 182 - DEFESA CIVIL  
Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1375 - IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1376 - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE MOSSORÓ  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1377 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1378 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NO TRANSPORTE PÚBLICO DO MUNICÍPIO  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2405 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SEC MUN DE SEG. PÚB, D. CIVIL, MOB. URB E TRANSITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2407 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0005 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2410 - ARMAMENTO  
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 181 - POLÍCIAMENTO  
Programa: 0074 - MOSSORÓ SEGURA E CIDADÃ  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2411 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE SEGURANÇA  
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 181 - POLÍCIAMENTO  
Programa: 0074 - MOSSORÓ SEGURA E CIDADÃ  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2412 - FARDAMENTO  
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 181 - POLÍCIAMENTO  
Programa: 0074 - MOSSORÓ SEGURA E CIDADÃ  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2413 - OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA  
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA  
Programa: 0073 - PROJETOS DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA.  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2414 - PAZ NA ESCOLA  
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA  
Programa: 0073 - PROJETOS DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA.  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2430 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SEC MUN DE SEG. PÚB, D. CIVIL, MOB. URB E TRANSITO  
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 181 - POLÍCIAMENTO  
Programa: 0074 - MOSSORÓ SEGURA E CIDADÃ  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2578 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GPS(GLOBAL SYSTEM) NAS VIATURAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2583 - RONDAS MOTORIZADAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL  
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 181 - POLÍCIAMENTO  
Programa: 0073 - PROJETOS DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA.  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2584 - CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA  
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0020 - MOSSORÓ COM MAIS SEGURANÇA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2585 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE VÍDEO MONITORAMENTO E COMUNICAÇÕES.  
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-Função: 181 - POLÍCIAMENTO

Programa: 0074 - MOSSORÓ SEGURA E CIDADÃ  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2651 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA DIRETORIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2652 - IMPLANTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MONITORES DE TRÂNSITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2653 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES-CMTTU  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2654 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO-JARI  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2655 - PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2656 - INFORMATIZAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNS E TRANSP. PELOS AGENTES DE TRÂNSITO  
Descrição: INFORMATIZAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PELOS AGENTES DE TRÂNSITO.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2657 - INFORMATIZAÇÃO DO SETOR DE VISTORIAS DE TRANSPORTES - SOVI - ESPECIAIS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2658 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE SEGURANÇA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2659 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA DIRETORIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2660 - GESTÃO DA MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2661 - IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2662 - QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2663 - MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE ESTÁGIO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2664 - GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2665 - IMPLANTAÇÃO DE VIAS CICLÁVEIS - CICLOVIAS, CICLOFAIXAS, CICLORROTAS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0006 - MOSSORÓ DO FUTURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2666 - FARDAMENTO DOS AGENTES DE TRÂNSITO E TRANSPORTES  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
2667 - INSTALAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GERENCIAMENTO DO TRÂNSITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2668 - SUBSÍDIO PARA TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS  
Programa: 0031 - SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA  
Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim  
2669 - MANUTENÇÃO E MODERN. DOS SIST. DE TEC. DE PROC. E ARRECADAÇÃO DAS PENALIDADES APLICADAS PELO DFTT.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2686 - PATRULHA MARIA DA PENHA  
Descrição: INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ A "PATRULHA MARIÁ DA PENHA" COM O OBJETIVO DE PREVENIR E COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. AMPARADO PELA LEI 3713 DE 18 DE JUNHO DE 2019.  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 18.102 - SECRETARIA EXECUTIVA MOBILIDADE URBANA  
1343 - IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1344 - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE MOSSORÓ  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1346 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1361 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NO TRANSPORTE PÚBLICO DO MUNICÍPIO  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2522 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2523 - IMPLANTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MONITORES DE TRÂNSITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2524 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - CMTTU  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2525 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - JARI  
Descrição: MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - JARI Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2526 - PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2527 - INFORMATIZAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PELOS AGENTES DE TRÂ  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2528 - INFORMATIZAÇÃO DO SETOR DE VISTORIAS DE TRANSPORTES - SOVI - ESPECIAIS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2529 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE SEGURANÇA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2530 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2531 - GESTÃO DA MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2532 - IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2533 - QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2534 - MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE ESTÁGIO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2535 - GESTÃO DOS SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2536 - IMPLANTAÇÃO DE VIAS CICLÁVEIS - CICLOVIAS, CICLOFAIXAS, CICLORROTAS.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0006 - MOSSORO DO FUTURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2537 - FARDAMENTO DOS AGENTES DE TRÂNSITO E TRANSPORTES  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2538 - INSTALAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GERENCIAMENTO DO TRÂNSITO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2539 - SUBSÍDIO PARA TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS  
Programa: 0031 - SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA  
Esfera: 01 - Fiscal Ativo: Sim  
2586 - MANUTENÇÃO E MODERN. DOS SIST. DE TEC. DE PROC. E ARRECADAÇÃO DAS PENALIDADES APLICADAS PELO DFTT.  
Descrição: MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SIST. DE TEC. DE PROC. E ARRECADAÇÃO DAS PENALIDADES APLICADAS PELO DFTT.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Programa: 0016 - TRANSPORTE EFICIENTE, TRÂNSITO SEGURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 19.101 - SEC MUN DE INFRA, MEIO AMB, URBANISMO E S. URBANOS  
1173 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1174 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1175 - MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS  
Função: 13 - CULTURA  
Sub-Função: 391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO  
Programa: 0029 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1176 - AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1177 - URBANIZAÇÃO E READEQUAÇÃO URBANÍSTICA DA AV. RIO BRANCO  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0006 - MOSSORO DO FUTURO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1178 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS  
Função: 15 - URBANISMO

Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1179 - MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1180 - URBANIZAÇÃO E DUPLICAÇÃO DA AV. FRANCISCO MOTA.  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1181 - ESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DOS ACESSOS VIÁRIOS

Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1182 - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MOSSORÓ NA LOCALIDADE DE PASSAGEM DE PEDRAS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1183 - CONSTRUÇÃO DE PONTE LIGANDO OS BAIROS DO MUNICÍPIO.  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1184 - DUPLICAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA AV. JORGE COELHO DE ANDRADE  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1185 - DUPLICAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA AV. SENADOR DUARTE FILHO  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1186 - INFRAESTRUTURA DO CONJUNTO JARDIM DAS PALMEIRAS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1187 - INFRAESTRUTURA DO CONJUNTO JARDIM DAS ORQUÍDEAS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1188 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE DRENAGENS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1189 - MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGENS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1190 - REORDENAMENTO DA NUMERAÇÃO TOPONÍMIA  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1191 - IDENTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1192 - IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE DAS OITICICAS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1193 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 752 - ENERGIA ELÉTRICA  
Programa: 0020 - MOSSORÓ COM MAIS SEGURANÇA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1194 - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR NA ZONA RURAL  
Função: 16 - HABITAÇÃO  
Sub-Função: 481 - HABITAÇÃO RURAL  
Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1195 - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR NA ZONA URBANA  
Função: 16 - HABITAÇÃO  
Sub-Função: 482 - HABITAÇÃO URBANA  
Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 01 - Fiscal

Ativo: Sim  
1196 - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DE FAVELAS  
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1197 - EXPANSÃO DO SANEAMENTO BÁSICO URBANO  
Função: 17 - SANEAMENTO  
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1198 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO  
Função: 19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Sub-Função: 573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO  
Programa: 0032 - INCLUSÃO DIGITAL E DIFUSÃO TECNOLÓGICA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1199 - CONSTRUIR CAMELÔDROMO MUNICIPAL  
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS  
Sub-Função: 691 - PROMOÇÃO COMERCIAL  
Programa: 0012 - INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1200 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS  
Função: 26 - TRANSPORTE  
Sub-Função: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
Programa: 0011 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA E DA INFRA-ESTRUTURA RURAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1201 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER  
Função: 27 - ESPORTE E LAZER  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0018 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1360 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DA ZONA RURAL  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0008 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1379 - MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO  
Função: 17 - SANEAMENTO  
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1380 - CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIO PÚBLICO NO GRANDE ALTO DE SÃO MANOEL  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0031 - SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2380 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE LAZER NOS BAIROS  
Função: 27 - ESPORTE E LAZER  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2400 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2401 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA CIDADE  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0002 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2402 - ESTUDO SOBRE AS ÁREAS DE ALAGAMENTO  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2609 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2670 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA DIRETORIA EXECUTIVA DE SERVIÇOS URBANOS.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2671 - GESTÃO DOS SERVIÇOS FÚNEBRES E DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS  
Programa: 0031 - SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2672 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA  
Função: 17 - SANEAMENTO  
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS  
Programa: 0031 - SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2673 - PROGRAMA DE DESASSOREAMENTO, DRENAGEM E REVITALIZAÇÃO



## DO RIO MOSSORÓ

Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2674 - CONSTRUIR CALÇADÃO NAS MARGENS RIO MOSSORÓ  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2675 - ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2676 - PRODUÇÃO, GERENC. E PUBLICIDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS DA DIR. EXE. DE MEIO AMB. E URBANISMO  
Descrição: PRODUÇÃO, GERENC. E PUBLICIDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS DA DIRETORIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO.  
Função: 24 - COMUNICAÇÕES  
Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2677 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADM. DA DIRETORIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO  
Descrição: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA DIRETORIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2678 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DA CIDADE  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2679 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2680 - AÇÕES EDUCATIVAS CONTINUADAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2681 - SISTEMA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2682 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO DA CIDADE  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2683 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2684 - FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2688 - AQUISIÇÃO DE IMOVEIS  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 19.102 - SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO  
1324 - PROGRAMA DE DESASSOREAMENTO, DRENAGEM E REVITALIZAÇÃO DO RIO MOSSORÓ  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1325 - CONSTRUIR CALÇADÃO NAS MARGENS DO RIO MOSSORÓ  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
1326 - PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0015 - URBANISMO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim

2504 - PRODUÇÃO, GERENC. E PUBLICIDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E PROMOCIONAIS DA SEC. MEIO AMB. E URBANISMO  
Função: 24 - COMUNICAÇÕES  
Sub-Função: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Programa: 0004 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2505 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2506 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DA CIDADE  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2507 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2508 - AÇÕES EDUCATIVAS CONTINUADAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2509 - FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2510 - SISTEMA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 542 - CONTROLE AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2511 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO DA CIDADE  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2541 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM  
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL  
Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 19.103 - SECRETARIA EXECUTIVA DE SERVIÇOS URBANOS  
1342 - MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO  
Função: 17 - SANEAMENTO  
Sub-Função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO  
Programa: 0014 - HIGIEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2518 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SEC EXECUTIVA DE SERVIÇOS URBANOS.  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2519 - CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIO PÚBLICO NO GRANDE ALTO DE SÃO MANOEL  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa: 0031 - SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2520 - GESTÃO DOS SERVIÇOS FÚNEBRES E DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS  
Função: 15 - URBANISMO  
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS  
Programa: 0031 - SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
2521 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA  
Função: 17 - SANEAMENTO  
Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS  
Programa: 0031 - SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 19.301 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS  
1327 - REPARAÇÃO DE DANOS A BENS E DIREITOS DIFUSOS  
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
Sub-Função: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS  
Programa: 0019 - DEFESA DOS DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Esfera: 01 - Fiscal  
Ativo: Sim  
Unidade Orçamentária: 24.201 - PREVI-MOSSORÓ-I.M.P. Social dos Serv. de Mossoró  
1301 - CONSTRUÇÃO SEDE PRÓPRIA DO PREVI  
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa: 0075 - PREVIDÊNCIA  
Esfera: 02 - Seguridade Social  
Ativo: Sim  
1347 - PROGRAMA VIVER MELHOR PREVI-MOSSORÓ

Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA  
 Sub-Função: 421 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL  
 Programa: 0003 - CIDADANIA EM AÇÃO Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2301 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAL  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0075 - PREVIDÊNCIA Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2302 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0075 - PREVIDÊNCIA Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2303 - ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0075 - PREVIDÊNCIA Esfera: 02 - Seguridade Social

Ativo: Sim  
 2304 - ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PEVIDENCIÁRIOS  
 Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa: 0075 - PREVIDÊNCIA Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 2399 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS  
 Função: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
 Sub-Função: 997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA Esfera: 02 - Seguridade Social  
 Ativo: Sim  
 Unidade Orçamentária: 30.101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 2103 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Função: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
 Sub-Função: 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
 Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
 Esfera: 01 - Fiscal  
 Ativo: Sim

2.1 DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 METAS ANUAIS EM VALORES CORRENTES E CONSTANTES  
 2021

LRF, art. 4º, § 1

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	689.065.410	664.159.432	7,0%	716.628.027	692.394.229	7,2%	741.710.008	714.901.212	7,3%
Receitas Primárias (I)	684.301.142	660.886.501	7,0%	713.428.027	689.302.441	7,1%	736.631.578	710.006.340	7,2%
Despesa Total	689.065.410	664.159.432	7,0%	716.628.027	692.394.229	7,2%	739.951.578	713.206.340	7,2%
Despesas Primárias (II)	676.155.210	651.715.865	6,9%	699.820.643	676.155.210	7,0%	722.513.917	696.398.956	7,1%
Resultado Primário (I – II)	8.145.932	9.170.635	0,1%	8.431.039	8.145.932	0,1%	5.197.203	5.009.353	0,1%
Resultado Nominal	54.000.000	52.152.289	0,6%	55.890.000	54.000.000	0,6%	54.435.875	52.468.313	0,5%
Dívida Pública Consolidada	218.643.406	210.740.632	2,2%	211.249.667	204.105.959	2,1%	200.064.137	192.832.903	2,0%
Dívida Consolidada Líquida	122.643.406	118.210.511	1,3%	118.496.044	114.488.932	1,2%	119.389.646	115.074.357	1,2%

FONTE: Secretária Municipal de Planejamento e Secretária Municipal da Fazenda.

Projeções com base em tendências temporal, com dados mensais para captar a sazonalidade da serie.

Projeção de PIB – 0,00%

Esforços fiscais na arrecadação tributária 5,0%

Índice ipca acumulado 2021 3,75%

A Metas para o exercício de 2021 sofreram influência da pandemia mundial provocada pelo COVID-19.

2.2 DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO .

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
 2021

LRF, art. 4º, §2º, inciso I

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2019	II-Metas Realizadas em 2019	Variação (II-I)	
			Valor	%
Receita Total	536.378.363	665.763.682	129.385.319	24,1%
Receitas Primárias (I)	533.419.483	661.160.524	127.741.041	23,9%
Despesa Total	536.378.363	627.691.314	91.312.951	17,0%
Despesas Primárias (II)	523.468.163	606.949.381	83.481.218	15,9%
Resultado Primário (I-II)	9.951.320	54.211.143	44.259.823	444,8%
Resultado Nominal	-78.696.232	-51.868.675	26.827.557	-34,1%
			-17.303.768	-7,4%
Dívida Pública Consolidada	234.061.493	216.757.725		
Dívida Consolidada Líquida	138.061.493	68.643.406	-69.418.087	-50,3%

FONTE: SOFC (Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil)

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
 2021

LRF, art.4º, §2º, inciso II

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	526.574.056	665.763.682	26,4%	587.953.594	-11,7%	689.065.410	17,2%	716.628.027	4,0%	741.710.008	3,5%	

Receitas Primárias (I)	520.469.879	661.160.524	27,0%	584.753.594	-11,6%	684.301.142	17,0%	713.428.027	4,3%	736.631.578	3,3%
Despesa Total	519.898.750	627.691.314	20,7%	587.953.594	-6,3%	689.065.410	17,2%	716.628.027	-4,0%	739.951.578	3,3%
Despesas Primárias (II)	510.642.778	606.949.381	18,9%	543.831.075	-10,4%	676.155.210	24,3%	699.820.643	3,5%	722.513.917	3,2%
Resultado Primário (I - II)	9.827.101	54.211.143	451,6%	40.922.519	-24,5%	8.145.932	-80,1%	8.431.039	3,5%	5.197.203	-38,4%
Resultado Nominal	-48.797.094	-51.868.675	-206,3%	-13.503.387	-74,0%	54.000.000	-499,9%	55.890.000	3,5%	54.435.875	-2,6%
Dívida Pública Consolidada	247.364.631	216.757.725	-12,4%	222.898.721	2,8%	218.643.406	-1,9%	211.249.667	-3,4%	200.064.137	-5,3%
Dívida Consolidada Líquida	208.854.076	68.643.406	-67,1%	139.442.108	103,1%	122.643.406	-12,0%	118.496.044	-3,4%	119.389.646	0,8%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	547.637.018	692.394.229	26,4%	587.953.594	-15,1%	664.159.432	13,0%	692.394.229	4,3%	714.901.212	3,3%	
Receitas Primárias (I)	541.288.674	687.606.945	27,0%	584.753.594	-15,0%	660.886.501	13,0%	689.302.441	4,3%	710.006.340	3,0%	
Despesa Total	540.694.700	652.798.967	20,7%	587.953.594	-9,9%	664.159.432	13,0%	692.394.229	4,3%	713.206.340	3,0%	
Despesas Primárias (II)	531.068.489	631.227.356	18,9%	543.831.075	-13,8%	651.715.865	19,8%	676.155.210	3,8%	696.398.956	3,0%	
Resultado Primário (I - II)	10.220.185	56.379.589	451,6%	40.922.519	-27,4%	9.170.635	-77,6%	8.145.932	-11,2%	5.009.353	-38,5%	
Resultado Nominal	50.748.978	-53.943.422	-206,3%	-13.503.387	-75,0%	52.152.289	-486,2%	54.000.000	3,5%	52.468.313	-2,8%	
Dívida Pública Consolidada	257.259.216	225.428.034	-12,4%	222.898.721	-1,1%	210.740.632	-5,5%	204.105.959	-3,1%	192.832.903	-5,5%	
Dívida Consolidada Líquida	217.208.239	71.389.142	-67,1%	139.442.108	95,3%	118.210.511	-15,2%	114.488.932	-3,1%	115.074.357	0,5%	

FONTE: SOFC (Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil)

Projeções com base em tendências temporal, com dados mensais para captar a sazonalidade da série.

Projeção de PIB = 2,17%

Esforços fiscais na arrecadação tributária 5,0%

Índice ipca acumulado 2021

#### 2.4 DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2021**

LRF, art.4º, §2º, inciso III

RS 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	344.668.022	15,7%	297.796.946	37%	217.107.422	-
Reservas						
Resultado Acumulado						
<b>TOTAL</b>	<b>344.668.022</b>	<b>15,7%</b>	<b>297.796.946</b>	<b>37,2%</b>	<b>217.107.422</b>	<b>-</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	(164.483.262,97)	-14,8%	(193.062.008,34)	-13%	(220.829.935,98)	-
Reservas	-					
Resultado Acumulado	-					
<b>TOTAL</b>	<b>-164.483.263</b>	<b>-14,8%</b>	<b>-193.062.008</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-220.829.936</b>	<b>-</b>

FONTE: SOFC (Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil)

#### 2.5 DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2021**

LRF, art.4º, §2º, inciso III

RS 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2019	2018	2017
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
<b>TOTAL (I)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
DESPESAS LIQUIDADAS	2019	2018	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
<b>TOTAL (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SALDO FINANCEIRO (III) = (I-II)</b>	<b>(c) = (a-b)+(f)</b>	<b>(d) = (d-e)+(g)</b>	<b>(g)</b>
	-	-	-

FONTE: SOFC (Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS**  
**2021**  
**INFORMAÇÃO COM A PREVI**

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a RS 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2017	2018	2019
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	20.951.607,30	37.998.871,62	38.863.117,52
Receita de Contribuições	19.898.878,00	15.392.402,23	19.955.456,97
Pessoal Civil	19.616.086,00	14.807.925,40	19.955.456,97
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	136.319,00	584.476,83	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	146.482,00	19.701.971,72	-
Receita Patrimonial	864.300,00	2.904.119,67	5.516.815,88
Outras Receitas Correntes	188.420,30	377,90	13.390.844,67
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	209.822,00	-	-
Alienação de Bens	109.735,00	-	-
Outras Receitas de Capital	100.087,00	-	-
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS</b>	71.879.918,72	12.664.171,22	11.271.444,69
Contribuição Patronal do Exercício	36.603.263,02	12.661.431,22	11.271.444,69
Pessoal Civil	39.603.263,02	12.661.431,22	11.271.444,69
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	32.276.655,70	-	-
Pessoal Civil	32.276.655,70	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
<b>REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT</b>	-	-	-
<b>OUTROS APORTES AO RPPS</b>	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>93.041.348,02</b>	<b>50.663.042,84</b>	<b>50.134.562,21</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	8.334.276,80	1.372.220,22	2.380.916,30
Despesas Correntes	3.038.181,80	1.369.062,72	2.380.916,30
Despesas de Capital	5.296.095,00	3.157,50	-
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	49.284.445,00	38.593.627,93	40.491.149,46
Pessoal Civil	26.590.287,00	38.593.627,93	38.309.727,36
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22.694.158,00	-	2.181.422,10
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	10.499.658,00	-	-
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	12.194.500,00	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	12.290.496,12	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>69.909.217,92</b>	<b>39.965.848,15</b>	<b>42.872.065,76</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)</b>	<b>23.132.130,10</b>	<b>10.697.194,69</b>	<b>7.262.496,45</b>
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	-	-	-

FONTE: PREVI Mossoró

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**  
**2021**

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a RS 1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (c)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (d) = (a+b-c)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e) = ("e" exerc. Anterior) + (d)
2017		93.041.348,02	69.909.217,92	23.132.130,10	54.688.031,43
2018		50.663.042,84	39.965.848,15	10.697.194,69	65.385.226,12
2019		50.134.562,21	42.872.065,76	7.262.496,45	72.647.722,57

FONTE: PREVI Mossoró

2.7 DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2021**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V RS 1,00

SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
	Tributo/Contribuição	2021	2022		2023
Diretoria da Receita Municipal / Programa de Recuperação Fiscal – REFIS / Contribuintes inscritos com débito fazendário (ISS, IPTU e TAXAS)	Multa e Juros incidentes sobre ISS, IPTU e Taxas	1.590.368	1.650.007	1.710.232	Recuperação de Créditos da Dívida Ativa
<b>TOTAL</b>		<b>1.590.368</b>	<b>1.650.007</b>	<b>1.710.232</b>	<b>4.950.607</b>

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

2.8 DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2021

EVENTO	Valor Previsto - 2020
Aumento Permanente da Receita	96.111.816
(-) Aumento referente a transferências constitucionais	32.600.000
(-) Aumento referente a transferências do FUNDEB	5.600.000
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	57.911.816
Redução Permanente de Despesa (II)	10.000.000
Margem Bruta (III) – (I+II)	67.911.816
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	(32.000.000)
Novas DOCC	(32.000.000)
Novas DOCC geradas por PPP's	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	35.911.816

FONTE: SOFC (Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ - PODER EXECUTIVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2021

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Processos Judiciais	18,000,000.00	Abertura de Crédito Adicional	18,000,000.00
<b>TOTAL</b>	<b>18,000,000.00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>18,000,000.00</b>

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Dezembro de 2019

Despesa Com Pessoal	Despesa Executada (últimos 12 meses)												Total (Últimos 12 meses)	Inscrição em Renda a pagar no exercício
	Liquidação													
	Jan-19	Fev-19	Mar-19	Abr-19	Maio-19	Jun-19	Jul-19	Ago-19	Sep-19	Out-19	Nov-19	Dez-19		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	27.027.403,58	27.000.403,58	26.798.453,27	36.626.518,09	36.497.799,12	37.044.471,26	26.776.712,82	30.557.121,86	30.703.432,72	30.363.731,79	30.908.963,74	27.024.757,74	364.412.008,21	33.000,00
Despesa Líquida	24.254.701,69	24.165.128,34	23.975.728,50	27.801.071,53	27.436.741,15	27.562.178,81	26.905.507,84	28.910.024,91	27.974.731,46	26.788.726,46	28.448.607,22	25.776.129,27	314.900.000,00	34.415,58
Multiplicação, Acréscimos e Outras Despesas Sociais	2.772.701,89	2.835.275,24	2.822.724,77	8.825.446,56	9.061.057,97	9.482.292,45	9.811.204,98	11.647.096,95	12.728.701,26	13.575.005,33	12.460.356,52	18.245.628,47	307.508.008,21	342,42
Outras Despesas Sociais	27.254,69	265,04	1.998.000,00	1.001.070,00	1.074,97	1.116,00	1.116,00	1.116,00	1.116,00	1.116,00	1.116,00	1.116,00	18.245,62	27.584,58
Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20	2.835.275,24	2.820.000,00	8.825.446,56	9.061.057,97	9.481.162,81	9.810.091,98	11.645.980,95	12.727.615,26	13.573.889,33	12.459.490,52	18.244.512,47	307.508.008,21	342,42
Despesas com Pessoal	2.745.247,20													

Externa				
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	3,114,209	2,528,442	1,921,019	1,089,254
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	12,673,031	11,914,541	27,441,429	21,018,744
Parcelamentos de Dívidas	181,419,314	180,398,229	166,596,261	169,267,835
De Tributos	9,233,396	8,889,014	8,508,495	8,227,536
De Contribuições Sociais				
Previdenciárias	166,040,582	165,623,643	152,463,535	155,613,111
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS	6,145,337	5,885,573	5,624,231	5,427,189
Provisões de PPPs				
Outras Dívidas	47,655,096	42,742,630	30,917,743	21,704,194
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	131,800,339	166,999,948	159,769,692	148,168,319
Ativo Disponível	169,528,391	178,685,797	171,339,309	190,685,958
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	37,728,052	11,685,849	11,569,618	42,517,639
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC				
Precatórios anteriores a 5.5.2000				
Insuficiência Financeira				
Outras Obrigações				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) = (I - II)</b>	<b>120,512,681</b>	<b>76,617,314</b>	<b>72,440,195</b>	<b>68,589,406</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>584,640,984</b>	<b>616,562,389</b>	<b>625,601,579</b>	<b>619,299,019</b>
% da DC sobre a RCL	43,16%	39,51%	37,12%	35,00%
% da DCL sobre a RCL	20,61%	12,43%	11,58%	11,08%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>701,569,181</b>	<b>739,874,867</b>	<b>750,721,895</b>	<b>743,158,822</b>

FONTE: SOFC (Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil)

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço)

Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Dezembro de 2019

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo II

R\$ 1,00

GARANTIAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Ativ. ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias	-	-	-	-
INTERNAS (II)	-	-	-	-
Ativ. ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS GARANTIAS (I + II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>584,640,984</b>	<b>616,562,389</b>	<b>625,601,579</b>	<b>619,299,019</b>
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	-	-	-	-
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 21%</b>	<b>122,674,617</b>	<b>130,488,113</b>	<b>133,366,337</b>	<b>132,052,791</b>

CONTRAGARANTIAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE <EXERCÍCIO>		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
GARANTIAS EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Ativ. ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias	-	-	-	-
GARANTIAS INTERNAS (II)	-	-	-	-
Ativ. ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias	-	-	-	-
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS (I + II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: SOFC (Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil)

Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Dezembro de 2019

LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "e" - Anexo IV

R\$ 1,00

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS		
	Até o 3º Quadrimestre		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	-	-	-
Externas	-	-	-
Internas	-	-	-
<b>POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)</b>	-	-	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>584,640,984</b>	<b>616,562,389</b>	<b>625,601,579</b>
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS sobre a RCL	-	-	-
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL	-	-	-
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16%</b>	<b>93,542,555</b>	<b>98,650,003</b>	<b>100,096,257</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA 7%</b>	<b>40,924,867</b>	<b>43,159,367</b>	<b>43,792,111</b>

FONTE: SOFC (Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Dezembro de 2019

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (I)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO (II)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (III) = (I) - (II) - (IV))	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações (e)	De Exercícios Anteriores (b)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	61.024.932,01	-	19.665.730,87	-	5.185.288,29	-	45.989.003,85	7.252.508,33	-
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	3.060.236,78	-	3.782.839,43	-	6.823.096,21	-	1.694.464,50	-	-
Transferências do FUNDEC 60%	-	-	18.982,35	-	-	-	-18.982,35	6,00	-
Transferências do FUNDEC 40%	-	-	1.275.801,56	-	298.117,52	-	-1.525.999,08	710.802,56	-
Outras Receitas Constituídas - Educação	13.584.720,10	-	782.287,14	-	18.197,98	-	12.884.234,78	518.904,55	-



Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	274.206,64	1.904.142,18	1.627.640,14	-2.677.604,48	1.816.157,21
Outros Recursos Destinados à Saúde	20.410.265,31	1.262.936,53	16.915,12	25.130.413,66	560.000,00
Recursos Destinados à Assistência Social	3.362.727,00	185.299,00	3.225,58	3.174.202,39	99.870,63
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	14.167.049,00	1.700,00	0,00	-4.168.749,00	35.132,84
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	18.093.408,08		0,00	18.093.408,08	0,00
Recursos de Operações de Crédito (recursos destinados à Educação e à Saúde)			0,00	0,00	180.130,74
Recursos de Alotenação de Bens Ativos			0,00	0,00	0,00
Outros Destinações Vinculadas de Recursos	9.406.673,81	- 11.213.237,43	87.520,15	7.940.206,80	1.190.543,25
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>106.508.748,36</b>	<b>- 8.825.907,89</b>	<b>- 8.092.896,04</b>	<b>- 81.402.426,47</b>	<b>1.525.861,78</b>
Recursos Ordinários	104.915.655,30	- 8.825.907,89	8.092.896,04	79.771.563,41	1.525.861,78
Outros Recursos não Vinculados	1.634.063,06		0,00	1.631.063,06	0,00
<b>TOTAL (II) = (II) - (I)</b>	<b>107.594.700,41</b>	<b>- 28.630.738,74</b>	<b>- 13.279.184,33</b>	<b>- 127.390.509,95</b>	<b>8.779.290,31</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ - PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Dezembro de 2019**

LRP, art. 48 - Anexo VII	RS milhares	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	330.193,077	50.11%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	313.734,335	54.00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	306.747,718	51.30%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	68.589,406	35.00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	743.158,822	120.00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	0.00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	131.548,729	22.00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	0.00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0.00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	95.671.803	16.00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	41.856,414	7.00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado dos Demonstrativos respectivos	51.476,380	127.390.509,95

FONTE: SOFC (Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil)

**LEI N. 3797, DE 29 DE JULHO DE 2020**

denomina de praça Clístenis Juny de Souza Alves a praça localizada na Rua Nossa Senhora de Fátima no bairro Santa Delmira, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Praça Clístenis Juny de Souza Alves, a praça localizada na Rua Nossa Senhora de Fátima, no bairro Santa Delmira.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró/RN, 29 de julho de 2020.

ROSALBA CIARLINI

Prefeita

**DECRETO Nº 5.745, DE 29 de julho de 2020**

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 588.010,40, para os fins que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições, que lhe confere o art. 78 e 148, XII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista as disposições contidas no artigo 4º, da Lei nº 3.721, de 19 de julho de 2019; no art. 1º, da Lei nº. 3.743, 18 de dezembro de 2019; no art. 2º, do Decreto nº 5.597 de 17 de janeiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R\$ 588.010,40 (quinhentos e oitenta e oito mil e dez reais e quarenta centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mossoró/RN, 29 de julho de 2020

ROSALBA CIARLINI ROSADO

Prefeita

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
06 .101 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA					588.010,40
1088 MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA					9.500,00
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10010000	0001	9.500,00
08 .301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					5.000,00
2009 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DA SAÚDE.					5.000,00
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			10010000	0001	5.000,00
09 .301 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					564.010,40
2138 BENEFÍCIOS EVENTUAIS					49.690,00
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			10010000	0001	4.815,00
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			10010000	0001	44.875,00
2010 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMIN. DA SEC. DE DESEN.SOCIAL E JUVENTUDE.					498.320,40
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10010000	0001	498.320,40
2432 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA					16.000,00
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10010000	0001	16.000,00
12 .101 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					9.500,00
2623 VOLTA CICLISTA DA ZONA OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE- PROVA CICLISTA GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO					9.500,00
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10010000	0001	9.500,00
Anexo II (Redução)					588.010,40
02 .101 GABINETE DO PREFEITO					40.000,00

2002	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO GABINETE DO PREFEITO.			40.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	40.000,00
02.103	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			34.000,10
2026	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMIN DA SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL			10.000,10
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	300,10
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	9.700,00
2029	DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS GOVERNAMENTAIS.			24.000,00
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	24.000,00
03.101	GABINETE VICE PREFEITO			5.412,90
2004	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			5.412,90
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	5.412,90
06.101	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA			9.500,00
1088	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA			9.500,00
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	9.500,00
08.301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			5.000,00
2075	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL			5.000,00
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	5.000,00
09.301	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			328.597,40
2195	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL/CASA DE PASSAGEM			9.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	6.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.000,00
2140	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			30.000,00
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	30.000,00
2148	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS			3.000,00
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.500,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.500,00
2137	APOIO AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS			18.000,00
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	12.000,00
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.500,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	4.500,00
2124	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ABRIGO INFANTIL/NIAC			15.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	5.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.000,00
2121	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PETI			6.095,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	95,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	6.000,00
2123	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO C.R.E.A.S.			15.270,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	6.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	9.270,00
2114	APOIO E MANUTENÇÃO DO ABRIGO/IDOSO			15.500,00
3.3.50.41	CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	15.500,00
2115	ATENÇÃO ESPECIALIZADA A PESSOA COM DEFICIENCIA			29.942,40
3.3.50.41	CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	21.600,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.342,40
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	4.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.000,00
2104	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			5.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	5.000,00
2084	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV			12.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	9.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.000,00
2086	AÇÕES DE RESGATE À CIDADANIA			18.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	9.000,00
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	3.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	6.000,00
2087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS CASA DA NOSSA GENTE			18.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	9.000,00
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.500,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	7.500,00
2088	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS C.R.A.S.			24.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	15.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	9.000,00
2079	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES			4.500,00
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	1.500,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	3.000,00
2080	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			15.190,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	10.190,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	5.000,00
2010	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMIN. DA SEC. DE DESEN. SOCIAL E JUVENTUDE.			30.000,00
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	30.000,00
1058	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			4.500,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.500,00
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	1.500,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	1.500,00
1055	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIAL			21.000,00
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	21.000,00
2339	PRODUÇÃO, GERENC. E PUBLICIDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E PROMOCIONAIS DA SEC. DESENV. SOCIAL			9.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	9.000,00
2348	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CENTRO DE REFERÊNCIA PARA MULHER (CRM)			9.600,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	6.000,00
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	600,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.000,00
2431	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES			16.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	6.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	10.000,00
12.101	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER			9.500,00
2622	PROJETO CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL			9.500,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	9.500,00
13.101	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			156.000,00
2637	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA - PAC II			156.000,00
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	10010000	0001	156.000,00

**DECRETO Nº 5.746, DE 29 de julho de 2020**

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.149.230,00 para os fins que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições, que lhe confere o art. 78 e 148, XII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista as disposições contidas no artigo 4º, da Lei nº 3.721, de 19 de julho de 2019; no art. 1º, da Lei nº 3.743, 18 de dezembro de 2019; no art. 2º, do Decreto nº 5.597 de 17 de janeiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 1.149.230,00 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, duzentos e trinta reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mossoró/RN, 29 de julho de 2020

ROSALBA CIARLINI ROSADO  
Prefeita

Unidade Orçamentária Anexo I (Acréscimo)	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
07.101	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				1.149.230,00
1030	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS				1.149.230,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		11110000	0001	13.600,00
2151	FARDAMENTO ESCOLAR				13.600,00
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		11110000	0001	1.135.630,00

**MENSAGEM DE VETO AO PROJETO DE LEI N. 82, DE 2020**

Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mossoró,  
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do §1º do art. 60 da Lei Orgânica do Município, decidi vetar totalmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº. 82, de 2020, que "determina a disponibilização gratuita de kits de medicamentos ao paciente infectado pelo novo coronavírus (covid-19), através da Prefeitura Municipal de Mossoró", de autoria da Exma. Vereadora Aline Couto.

Ouvidas, a Consultoria Geral do Município e a Secretária de Saúde manifestaram-se pelo veto integral do projeto de lei em causa nos seguintes termos:  
Quanto à análise da constitucionalidade e adequação ao interesse público do PL em análise, importa destacar o estabelecido pela Constituição Federal:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

De sua vez, prescreve a Lei Orgânica do Município:

Art.15. É de competência comum do Município de Mossoró, da União e do Estado do Rio Grande do Norte, na forma prevista em lei complementar federal:

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência;

A competência do Município, no âmbito da saúde, deve ser realizada de acordo com o regramento constitucional e conforme à Lei Federal n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências – Lei do Sistema Único de Saúde (SUS), além de outras leis e normas regulamentares sobre a prestação de serviços de saúde.

O mérito do projeto de lei em causa está exposto no seu art. 1º e 2º que assim expressa:

Art. 1º Ficada determinada a disponibilização gratuita de kits de medicamentos que podem ajudar no combate ao covid-19, estando o paciente condicionado a avaliação médica.

Art. 2º Nos kits conterão os seguintes medicamentos:

I – ivermectina

II – vitamina D

III - azitromicina

Da forma como proposto, o projeto de lei vai de encontro ao disposto na Lei Federal n. 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, especialmente do art. 4º, X, que define ser privativo do profissional médico a "determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico", o que inclui a definição do tratamento e, obviamente, a prescrição de medicamentos, se for o caso. Estando o medicamento, prescrito pelo médico da rede pública, incluído na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) do Sistema Único de Saúde, a dispensação ao paciente será feita, conforme determina o art. 19-M, I, da Lei do SUS.

Em que pese o intuito da proposição legislativa ser o fornecimento de medicamentos, da forma como escrita a proposição normativa fixou uma obrigação ("fica determinada") para fornecimento de um kit, que será composto pelos medicamentos indicados. Assim, se, de acordo com o diagnóstico e o prognóstico médico for detectada covid-19, haverá de ser prescrito obrigatoriamente o kit, tolhendo ou limitando a liberdade e responsabilidade médica, de acordo com sua ciência e ética, a prescrever o que melhor indicado lhe pareça, dado o diagnóstico; o que poderia, inclusive, provocar danos à saúde do paciente – se ingerir medicamento não necessário – ou dano ao erário – se fornecer o medicamento integrante de um kit não necessário.

Importa destacar que o Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM Nº 2.217/2018, com fulcro no art. 2º da Lei Federal n. 3.268, de 30 de setembro de 1957, é patente ao fixar:

Capítulo I - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS:

VII - O médico exercerá sua profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços que contrariem os ditames de sua consciência ou a quem não deseje, excetuadas as situações de ausência de outro médico, em caso de urgência ou emergência, ou quando sua recusa possa trazer danos à saúde do paciente;

XVI - Nenhuma disposição estatutária ou regimental de hospital ou de instituição, pública ou privada, limitará a escolha, pelo médico, dos meios cientificamente reconhecidos a serem praticados para estabelecer o diagnóstico e executar o tratamento, salvo quando em benefício do paciente.

Capítulo II - DIREITOS DOS MÉDICOS - É direito do médico:

II - Indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas cientificamente reconhecidas e respeitada a legislação vigente.

No mesmo diapasão está a conclusão do Parecer CFM nº 4/2020:

d) O princípio que deve obrigatoriamente nortear o tratamento do paciente portador da COVID-19 deve se basear na autonomia do médico e na valorização da relação médico-paciente, sendo esta a mais próxima possível, com o objetivo de oferecer ao doente o melhor tratamento médico disponível no momento;

Essas, Senhora Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal de Mossoró.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, Mossoró (RN), 29 de julho de 2020.

ROSALBA CIARLINI  
Prefeita

**MENSAGEM DE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1232/2020,**

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ PARA O EXERCÍCIO DE 2021**

Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mossoró,  
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do §1º do art. 60 da Lei Orgânica do Município, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e/ou contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1232, de 2020, que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária anual do Município de Mossoró para o exercício de 2021, e dá outras providências", recebido em 01 de julho de 2019.

Ouvida, a Consultoria Geral do Município e a Secretaria Municipal do Planejamento manifestaram-se pelo veto aos dispositivos, que resultaram das emendas aditivas n. 4, 6, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 35, 37, 59, 60, 61, 65, 67, 70, 71, 78, 81, 88, 90, 103, 106, 108, 110 e 112, tendo em vista não estarem contempladas no Plano Plurianual 2018-2021, aprovado pela Lei Municipal n. 3.602, de 10 de janeiro de 2018, não obstante as meritórias justificativas destacadas na proposição. Essas inovações implicam em violação ao disposto no §4º do art. 166 da Constituição Federal, e no art. 148 da Lei Orgânica, que determinam a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA); assim, aprovar ações orçamentárias sem a prévia inclusão no PPA não encontra respaldo constitucional – o que remete a sua inconstitucionalidade. De outra sorte, várias das propostas já estão contempladas por outras ações orçamentárias, o que acarretaria duplicidade de ações e dispersão dos recursos públicos. O quadro em anexo sumaria os motivos individuais para o veto de cada uma das proposições vetadas, como respectivo fundamento.

Por sua vez, a emenda modificativa n. 3, embora em sua justificativa se referisse ao Parque Municipal, propôs deslocar a ação 2560 – Promoção de ações de enfrentamento à violência, exploração e tráfico de crianças e adolescentes para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos, o que não guarda pertinência temática nem legal para o atingimento dos objetivos dessa ação orçamentária.

Essas, Senhora Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal de Mossoró.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, Mossoró (RN), 29 de julho de 2020.

ROSALBA CIARLINI  
Prefeita

**FUNDAMENTOS JURÍDICOS ESPECÍFICOS DOS VETOS ÀS EMENDAS ADITIVAS AO PROJETO DE LEI Nº 1232/2020**

Tipo Nº Fundamento jurídico do veto

Aditiva 04 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal

Violação ao art. 26 da Lei Complementar nacional n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Violação à Lei federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Aditiva 06 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal

Aditiva 08 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal

Aditiva 09 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal

Contemplada na ação 1344 e 1376

Aditiva 10 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal

Violação ao art. 26 da Lei Complementar nacional n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Violação à Lei federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Aditiva 21 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal

Contemplada na ação 2366, 2575

Aditiva 22 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal

Aditiva 23 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal

Contemplada na ação 2686

Aditiva 26 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal

Contemplada na ação 2557, 2558



Aditiva 28 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Aditiva 29 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplada na ação 1331, 1364  
 Aditiva 35 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplada na ação 2587  
 Aditiva 37 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Aditiva 59 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Refere-se aos serviços de atenção básica de saúde  
 Aditiva 60 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Aditiva 61 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplada na ação 2675, 1326  
 Aditiva 65 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Refere-se aos serviços de atenção básica de saúde  
 Aditiva 67 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Aditiva 70 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Refere-se a projeto próprio do Governo Federal  
 Aditiva 71 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Refere-se a projeto próprio do Governo Federal  
 Aditiva 78 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Aditiva 81 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplado na ação 1369  
 Aditiva 88 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplada na ação 2066, 2091 e 1050  
 Aditiva 90 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Refere-se a serviços de atenção básica de saúde  
 Aditiva 103 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplado na ação 2066, 1050 e 2091  
 Aditiva 106 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplada na ação 2113  
 Aditiva 108 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplada na ação 2071  
 Aditiva 110 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplada na ação 2071  
 Aditiva 112 Violação ao art. 166, §4º da Constituição Federal  
 Contemplada na ação 2206  
 PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, Mossoró (RN), 29 de julho de 2020.

ROSALBA CIARLINI  
 Prefeita

**PORTARIA Nº 155/2020**

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 78, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Mossoró, e; CONSIDERANDO o pedido formal da servidora abaixo qualificada, por meio do Requerimento do Servidor, de 10 de julho de 2020,  
**R E S O L V E :**  
 Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora FRANCISCA WALÉRIA BARBOSA BATISTA, do cargo em Comissão de Diretora de Unidade de Saúde Alcides Martins Vêras, Símbolo DUS III, com na Secretaria Municipal de Saúde.  
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
 PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró (RN), 24 de julho de 2020.

ROSALBA CIARLINI  
 Prefeita

**PORTARIA Nº 0156 /2020**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, no uso de suas competências previstas no art. 78, IX, da Lei Orgânica, CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Mútua, celebrado entre o Município de Mossoró e o Município de Baraúna, e ainda o Memorando nº 056/2020 – SME – GS,  
**RESOLVE:**  
 Art. 1º - Ceder ao município de Baraúna/RN da servidora NÚBIA MENDES PAIVA DA FONSECA, matrícula n. 8682-7, detentora do cargo efetivo de Professora, Nível III, do Quadro Geral de Efetivos de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mossoró, pelo período de 1(um) ano, por permuta com a servidora Antonia Lucinete Bento, matrícula nº 435-1, Professora, pertencente ao quadro de servidores do Município de Baraúna.  
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
 PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró (RN), 28 de julho de 2020.

ROSALBA CIARLINI  
 Prefeita

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

**PORTARIA Nº 47, DE 29 de julho de 2020**

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.  
 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, no uso das atribuições, que lhe confere o art. 78 e 148, XII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista as disposições contidas no artigo 4º, da Lei nº 3.721, de 19 de julho de 2019; no art. 1º, da Lei nº. 3.743, 18 de dezembro de 2019; no art. 2º, do Decreto nº 5.597 de 17 de janeiro de 2020.  
**RESOLVE**  
 Art. 1º - Remanejar o valor de R\$ 61.244,00 (sessenta e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais ) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.  
 Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.  
 Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
 Mossoró/RN, 29 de julho de 2020

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO  
 Secretário do Planejamento

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					
09.301 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					61.244,00
2138 BENEFÍCIOS EVENTUAIS					61.244,00
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			10010000	0001	20.000,00
2010 COORDENAÇÃO E MANUT DOS SERVIÇOS ADMIN DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E JUVENTUDE.					33.744,00
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10010000	0001	33.744,00
2432 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA					7.500,00
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10010000	0001	7.500,00
Anexo II (Redução)					
09.301 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					61.244,00
2138 BENEFÍCIOS EVENTUAIS					61.244,00
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			10010000	0001	20.000,00
2010 COORDENAÇÃO E MANUT DOS SERVIÇOS ADMIN DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E JUVENTUDE.					33.744,00
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO			10010000	0001	18.744,00
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			10010000	0001	10.000,00
3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES			10010000	0001	5.000,00
2432 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA					7.500,00
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO			10010000	0001	4.500,00
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			10010000	0001	3.000,00



Aprovação de Dotação Extra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Atrelada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (C) = (C) + (D) + (E)	507.653.946,20	732.328.886,00	71.572.863,20	580.081.022,80	571.627.203,40	128.020.533,67	563.786.669,73	448.458.961,73	771.380.888,00	0,00
SUPERÁVIT ORÇ.										
TOTAL COM SUPERÁVIT (D) = (C) + (D)	507.653.946,20	732.328.886,00	71.572.863,20	580.081.022,80	571.627.203,40	128.020.533,67	563.786.669,73	448.458.961,73	771.380.888,00	0,00
RESERVAÇÃO (F) (G)										

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

Recursos Intra-Orçamentários	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (H)	Estatísticas de Receita Intra-Orçamentária				BALDO (J-K)
			No Bimestre (I)	% (I/H)	Até o Bimestre (L)	% (L/H)	
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (M)</b>							
RECEITAS CORRENTES	19.775.300,00	19.775.300,00	572.533,43	2,90	6.890.473,14	29,36	13.043.126,86
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	18.900.200,00	18.900.200,00	572.533,43	3,03	6.890.473,14	30,38	13.043.126,86
Contribuições Sociais	18.900.200,00	18.900.200,00	572.533,43	3,03	6.890.473,14	30,38	13.043.126,86
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECÉBITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Recursos Intra-Orçamentários	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (H)	Estatísticas de Receita Intra-Orçamentária				BALDO (J-K)
			No Bimestre (I)	% (I/H)	Até o Bimestre (L)	% (L/H)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demas Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGRÍCOLA/PESQUEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	875.300,00	875.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875.300,00
Multas Administrativas, Contratos e Juiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demas Receitas Correntes	875.300,00	875.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875.300,00
RECÉBITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integração de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Recursos Intra-Orçamentários	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (H)	Estatísticas de Receita Intra-Orçamentária				BALDO (J-K)
			No Bimestre (I)	% (I/H)	Até o Bimestre (L)	% (L/H)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demas Receitas de Capital							0,00

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

Despesas Intra-Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (H)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (I)	BALDO (J) = (H-I)	Estatísticas de Despesa Intra-Orçamentária				
						DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (L)	BALDO (K) = (H-L)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (M)	
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (N)</b>										
DESPESAS CORRENTES	1.328.000,00	1.328.000,00	0,00	880.000,00	880.000,00	0,00	48.457,11	1.273.542,89	48.457,11	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.328.000,00	1.328.000,00	0,00	880.000,00	880.000,00	0,00	48.457,11	1.273.542,89	48.457,11	0,00
JURIS D E ENCARGOS DA CÍVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIDOS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2020
Notas Explicativas	*















**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS		Aportes de Recursos APORTES REALIZADOS	
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor		-	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		-	
Recursos para Formação de Reserva		-	

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
Receitas da Administração - SPPS	-	-	Até o Bimestre / 2020
RECEITAS CORRENTES	-	-	Até o Bimestre / 2019
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XX)	-	-	-

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa						RECEITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	Em 2020	Em 2019
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (III)	9.587.940,00	9.587.940,00	1.561.864,01	1.679.762,16	1.827.386,29	1.527.228,75	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	1.662.940,00	1.662.940,00	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (III + IV) = (XXI)	11.250.880,00	11.250.880,00	1.561.864,01	1.679.762,16	1.827.386,29	1.527.228,75	-	-
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XXI) = (XX) - (XXI)	-	-	-	-	-	-	-	-

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Notas Explicativas	Valores 30/06/2020	
	Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-	

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2020 RECEITAS REALIZADAS (a)
<b>Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias</b>	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	554.120.095,00	342.948.955,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	124.636.552,00	73.990.916,77
IPTU	23.541.444,00	17.508.834,74
ISS	57.276.213,00	31.539.912,76
ITBI	4.518.359,00	1.348.065,58
IRRF	22.652.149,00	11.290.030,34
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.648.377,00	12.204.075,35
Contribuições	23.736.695,00	18.357.454,03
Receita Patrimonial	7.034.956,00	1.859.331,17
Alocações Financeiras (II)	6.940.306,00	1.856.716,05
Outras Receitas Patrimoniais	94.650,00	2.615,12
Transferências Correntes	366.740.984,00	232.986.296,15
Cota-Parte do FPM	63.558.952,00	45.935.311,05
Cota-Parte do ICMS	70.148.894,00	55.984.415,80
Cota-Parte do IPVA	18.726.868,00	14.381.078,19
Cota-Parte do ITR	59.074,00	3.061,67
Transferências da LC 87/1996	146.981,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	105.497,00	57.430,70
Transferências do FUNDEC	74.670.953,00	38.437.725,96
Outras Transferências Correntes	110.323.795,00	77.882.632,14
Demais Receitas Correntes	31.970.918,00	15.453.035,52
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	31.970.918,00	15.453.035,52
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	547.179.799,00	340.992.279,58
RECEITAS DE CAPITAL (V)	14.089.510,00	34.306.212,30
Operações de Crédito (VI)	560.010,00	29.300.000,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (X)	0,00	0,00
Outras Aliações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	13.124.500,00	5.006.212,30
Convênios	12.395.500,00	512.834,22
Outras Transferências de Capital	729.000,00	4.393.378,08
Outras Receitas de Capital	375.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	375.000,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	13.499.500,00	5.006.212,30
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	560.679.299,00	345.998.491,88

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
<b>Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias</b>	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS CORRENTES (III)	996.867.110,44	504.348.982,28	375.302.814,76	395.843.271,27	95.767.860,81	8.280.368,42	4.238.438,13	
Personal e Encargos Sociais	323.384.835,93	304.801.283,76	182.885.182,43	184.054.182,19	3.064.690,63	27.574,82	27.574,82	
Juros e Encargos de Dívida (XIV)	3.180.262,55	2.899.702,58	673.114,22	748.057,13	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	260.322.009,96	196.648.000,94	129.000.118,11	129.000.118,11	10.422.840,21	4.207.793,59	4.207.863,31	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (III - XIV)	363.786.847,89	301.448.279,83	372.570.367,57	394.794.014,44	95.381.880,81	4.288.368,42	4.238.438,13	
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	195.954.952,22	95.383.052,89	30.837.877,68	28.837.815,11	3.687.179,11	3.558.368,15	1.768.016,15	
Investimentos	181.165.696,77	73.387.148,43	28.751.486,74	27.508.412,30	3.467.058,94	3.558.368,15	1.768.016,15	
Invenções Financeiras	2.497.536,00	2.578.028,00	1.201.707,26	1.068.510,08	253.286,33	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital Integrado (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Crédito (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Invenções Financeiras	2.497.536,00	2.578.028,00	1.201.707,26	1.068.510,08	253.286,33	0,00	0,00	
Amortização de Dívida (XVIII)	12.441.273,45	10.300.373,45	8.414.888,68	8.414.888,68	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IV) = (IV - XV - XVI - XVII - XVIII)	183.311.226,77	73.413.076,43	28.023.188,00	27.422.925,43	3.687.179,11	3.558.368,15	1.768.016,15	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XX)	9.277.976,80	-	-	-	-	-	-	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXI) = (III + IV + XX)	776.448.159,91	576.861.956,26	394.402.899,17	392.217.942,97	77.448.860,30	6.917.733,55	6.006.454,28	



**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
<b>Resultado Primário - Acima da Linha</b>	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa) - (XXIIa + XXIIb + XXIIc)	11.289.132,74

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
<b>Meta Fiscal para o Resultado Primário</b>	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	5.430.760,00

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Juros Nominais	Até o Bimestre 2020
	VALOR
<b>Juros Nominais</b>	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivas (XXVI)	0,00

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
<b>Resultado Nominal - Acima da Linha</b>	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	11.289.132,74

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
<b>Meta Fiscal para o Resultado Nominal</b>	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2019 (a)	Até o Bimestre 2020 (b)
<b>Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal</b>	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	246.895.376,23	275.670.937,30
DEDUÇÕES (XXIX)	154.744.749,27	189.534.267,12
Disponibilidade de Caixa	154.744.749,27	189.534.267,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	166.251.729,75	201.407.613,80
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	33.506.980,48	11.872.716,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	91.150.626,96	36.136.640,18

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
<b>Resultado Nominal - Abaixo da Linha</b>	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXI - XXXIb)	55.813.666,78

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2020
	VALOR
<b>Ajuste Metodológico</b>	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	21.634.263,60
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (X)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	34.179.722,98

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
<b>Resultado Primário - Abaixo da Linha</b>	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	34.179.722,98

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
<b>Informações Adicionais</b>	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	



Receitas Realizadas	383.005.661,08
Debitos Orçamentários	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
<b>DESPESAS</b>	
Dotação Inicial	567.963.594,00
Dotação Atualizada	792.249.660,66
Despesas Empenhadas	590.692.635,26
Despesas Liquidadas	343.789.653,47
Despesas Pagas	315.380.680,68
Superávit Orçamentário	39.215.767,61

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Despesas por Função/Subfunção	Valores	
	Até o Bimestre	
<b>Despesas por Função/Subfunção</b>	-	
Despesas Empenhadas	590.692.635,26	
Despesas Liquidadas	343.789.653,47	

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores	
	Até o Bimestre	
<b>Receita Corrente Líquida - RCL</b>	-	
Receita Corrente Líquida	639.159.333,99	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	639.159.333,99	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Despesa com Pessoal	639.159.333,99	

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores	
	Até o Bimestre	
<b>Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores</b>	-	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		
Receitas Previdenciárias Realizadas	19.365.207,17	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	24.246.833,13	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	23.592.714,81	
Resultado Previdenciário	-4.227.507,64	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		
Receitas Previdenciárias Realizadas		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		
Resultado Previdenciário	0,00	

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
<b>Resultados Primário e Nominal</b>	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	-5.430.750,00	11.269.132,74	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	11.269.132,74	0,00

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
<b>Restos a Pagar por Poder e Ministério Público</b>	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	33.505.260,48	3.368,52	22.484.360,00	11.017.051,96

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Poder Executivo	33.505.260,48	3.368,52	22.484.360,00	11.017.051,96
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	13.311.264,71	66.716,15	6.006.356,26	7.237.623,28
Poder Executivo	13.286.076,73	66.716,15	6.006.356,26	7.102.404,30
Poder Legislativo	45.218,98	0,00	0,00	45.218,98
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	46.816.525,19	70.083,67	28.490.716,26	18.254.675,24

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
<b>Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	44.601.796,70	25,00	24,36
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	20.369.918,10	60,00	53,07
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	8.671.668,00	60,00	22,55
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00



**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
<b>Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital</b>	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
<b>Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência</b>	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
<b>Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos</b>	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
<b>Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	54.523.367,79	15,00	28,78

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período	
	Valor Apurado no Exercício Corrente	%
<b>Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP</b>	-	-
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Notas Explicativas	Valores	
	30/06/2020	
Notas Explicativas		
Notas Explicativas		



**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1 - RECEITA DE IMPOSTOS</b>	117.397.759,00	117.397.759,00	66.669.436,37	56,79
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	29.187.830,00	29.187.830,00	20.756.691,50	71,11
1.1.1 - IPTU	23.541.444,00	23.541.444,00	17.508.834,74	74,37
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	5.046.386,00	5.046.386,00	3.247.856,76	57,52
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.023.327,00	4.023.327,00	1.440.899,16	29,87
1.2.1 - ITBI	4.518.369,00	4.518.369,00	1.348.065,58	29,84
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	304.958,00	304.958,00	92.822,58	30,44
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.734.453,00	60.734.453,00	33.181.826,37	54,63
1.3.1 - ISS	57.276.213,00	57.276.213,00	31.539.912,76	55,07
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.458.240,00	3.458.240,00	1.641.913,61	47,48
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	22.652.149,00	22.652.149,00	11.290.030,34	49,84
<b>2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	181.746.246,00	181.746.246,00	116.367.898,05	64,03
2.1 - Cota-Parte FPM	83.558.952,00	83.558.952,00	45.936.311,09	54,97
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	83.558.952,00	83.558.952,00	45.936.311,09	54,97
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 150, I alínea e	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	79.148.884,00	79.148.884,00	55.984.415,60	70,73
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	146.981,00	146.981,00	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	105.487,00	105.487,00	57.430,70	54,44
2.5 - Cota-Parte ITR	59.074,00	59.074,00	8.661,67	14,66
2.6 - Cota-Parte IPVA	18.726.868,00	18.726.868,00	14.381.079,79	76,79
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00

3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS ( 1 + 2 )	299.144.005,00	299.144.005,00	163.037.334,42	61,19			
<b>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>		<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (a)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>			
			<b>Até o Bimestre (b)</b>	<b>% (c) = (b/a)x100</b>			
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00			
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	6.014.566,00	6.014.566,00	2.500.807,90	41,58			
5.1 - Transferências do Salário-Educação	3.194.576,00	3.194.576,00	1.282.181,34	40,14			
5.2 - Transferências Diretas - PODE	9.982,00	9.982,00	9.300,00	93,17			
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	2.478.634,00	2.478.634,00	1.042.471,00	42,05			
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	308.513,00	308.513,00	137.441,60	44,55			
5.5 - Outras Transferências do FNDE	10.432,00	10.432,00	25.406,78	243,55			
5.5 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	12.429,00	12.429,00	4.007,16	32,24			
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	5.083.546,00	5.083.546,00	58.046,52	1,10			
6.1 - Transferências de Convênios	5.083.546,00	5.083.546,00	58.046,52	1,10			
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00			
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00			
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00			
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	11.098.112,00	11.098.112,00	2.596.854,42	23,04			
<b>FUNDEB</b>							
<b>RECEITAS DO FUNDEB</b>		<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (a)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>			
			<b>Até o Bimestre (b)</b>	<b>% (c) = (b/a)x100</b>			
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	36.349.240,00	36.349.240,00	23.273.679,22	64,03			
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	16.711.700,00	16.711.700,00	9.187.261,93	54,97			
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	15.829.777,00	15.829.777,00	11.196.883,04	70,73			
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	29.396,00	29.396,00	0,00	0,00			
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	21.097,00	21.097,00	11.486,16	54,44			
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	11.815,00	11.815,00	1.732,30	14,66			
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	3.745.374,00	3.745.374,00	2.876.215,79	76,79			
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	74.674.953,00	74.674.953,00	38.438.319,75	51,47			
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	74.670.953,00	74.670.953,00	38.437.725,96	51,48			
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00			
11.3 - Restos de Aplicação dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	593,79	14,85			
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	38.321.704,00	38.321.704,00	15.164.145,74	(12,55)			
<b>DESPESAS DO FUNDEB</b>		<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>INSC. EM RESTOS A PAGAR (f)</b>	
				<b>Até o Bimestre (e)</b>	<b>% (f)=(e/d)</b>	<b>Até o Bimestre (g)</b>	<b>% (h)=(g/d)</b>
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	58.265.878,00	58.265.878,00	58.264.478,00	100,00	29.071.566,10	49,89	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	18.392.753,00	18.392.753,00	18.392.753,00	100,00	8.671.668,00	47,15	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	39.873.125,00	39.873.125,00	39.871.725,00	100,00	20.399.916,10	51,16	0,00
14 - OUTRAS DESPESAS	16.422.281,00	16.422.281,00	9.786.870,39	59,47	6.464.369,55	39,36	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	5.948.297,00	5.948.297,00	3.101.754,39	52,15	1.856.744,36	31,21	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	10.473.984,00	10.473.984,00	6.685.116,00	63,63	4.607.625,19	43,99	0,00
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	74.688.159,00	74.688.159,00	68.031.348,39	91,09	35.535.955,65	47,58	0,00
<b>RREO - Anexo 8 (LDB, art.72)</b>							
<b>DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB</b>							<b>VALOR</b>
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1 - FUNDEB 60%							0,00
16.2 - FUNDEB 40%							0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
<b>INDICADORES DO FUNDEB</b>							<b>VALOR</b>
19 - TOTAL DE DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)							0,00
19.1 - Máximo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério $[(13-(16.1+17.1))]/(11)*100\%$							75,63
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MCE, que não Remuneração do Magistério $[(14-(16.2+17.2))]/(11)*100\%$							16,81
19.3 - Máximo de 5% não aplicado no Exercício $(100-(19.1 + 19.2))\%$							7,56
<b>CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE</b>							<b>VALOR</b>
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020							0,00
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>							
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DO MDE</b>		<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>INSC. EM RESTOS A PAGAR (f)</b>	
				<b>Até o Bimestre (e)</b>	<b>% (f)=(e/d)</b>	<b>Até o Bimestre (g)</b>	<b>% (h)=(g/d)</b>
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	36.427.164,00	38.730.849,60	38.771.216,50	92,55	17.950.744,18	45,18	0,00
22.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 - Prê-escola	36.427.164,00	38.730.849,60	38.771.216,50	92,55	17.950.744,18	45,18	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	24.341.050,00	24.341.050,00	21.494.507,39	88,31	10.528.412,36	43,25	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	12.086.114,00	15.389.799,60	15.276.709,11	99,27	7.422.331,82	48,23	0,00
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	79.756.402,00	80.646.716,40	75.043.348,40	93,06	41.815.199,26	52,24	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	50.497.109,00	50.497.109,00	48.536.841,00	92,16	25.007.543,29	49,52	0,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	29.259.293,00	29.549.507,40	29.506.507,40	99,85	16.807.655,97	56,88	0,00
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 +26 +27)	116.183.566,00	119.777.566,00	112.814.564,90	94,19	59.765.943,44	49,90	0,00
<b>DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>							<b>VALOR</b>
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							15.164.146,74
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00



33 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO(44.3)	0,00
35 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	15.164.146,74
36 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))	44.001.796,70
37 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36)/(3) x 100)% - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	24,36

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSC. EM RESTOS A PAGAR (f)
			Até o Bimestre (h)	% (h)/(a/d)	Até o Bimestre (g)	% (g)/(a/d)	
38 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADO AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.200.000,00	3.200.000,00	2.034.982,71	63,59	797.470,03	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.898.112,00	18.101.597,69	11.712.849,48	64,71	1.975.706,60	0,00	0,00
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	11.098.112,00	21.301.597,69	13.747.832,19	64,54	2.773.176,63	0,00	0,00
43 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	127.201.676,00	141.076.203,09	120.562.397,08	89,71	62.539.120,07	0,00	0,00

**RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO**

	SALDO ATÉ BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)
44 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
44.1 - Executados com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
44.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

RREO - Anexo 8 (LDB, art.72)

**CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA**

	VALOR	
	FUNDEB	SAL. EDUCAÇÃO
45 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.342.323,79	987.315,94
46 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	42.025.225,96	1.608.705,42
47 - (-) PAGAMENTO EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	42.048.356,33	1.186.428,26
47.1 (-) Orçamento do Exercício		
47.2 (-) Restos a Pagar	0,00	0,00
48 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	593,79	0,00
49 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.319.787,21	1.409.593,08
50 - (+) Ajustes	(1.319.767,96)	(978.294,60)
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraordinários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	(1.319.767,96)	(978.294,60)
51 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	19,25	431.298,48

FRANCISCO DAS CHAGAS MENDES JUNIOR  
CONTADOR CRC/RN 6613/O-5

ERBÊNIA MARIA DE OLIVEIRA ROSADO  
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ROSALBA CIARLINI ROSADO  
PREFEITA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2020 Pág.: 14

Período: JANEIRO-JUNHO/2020

RREO - ANEXO XII (L.C. n° 141/2012 art.33)

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b)/(a)100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	117.387.798,00	117.387.798,00	98.899.436,37	84,31
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	29.187.838,00	29.187.838,00	29.756.691,30	101,95
IPTU	29.187.838,00	29.187.838,00	29.756.691,30	101,95
Multa, Juros de Mora, Oribos Aliva e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	3.287.056,76	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.823.327,00	4.823.327,00	1.483.886,18	30,77
ITBI	4.823.327,00	4.823.327,00	1.483.886,18	30,77
Multa, Juros de Mora, Oribos Aliva e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	32.822,58	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.734.483,00	60.734.483,00	33.181.826,37	54,63
ISS	60.734.483,00	60.734.483,00	33.181.826,37	54,63
Multa, Juros de Mora, Oribos Aliva e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	1.841.911,01	0,00
Receita Resultante do Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF	27.278.213,00	27.278.213,00	11.839.812,78	43,41
IRPF	27.278.213,00	27.278.213,00	11.839.812,78	43,41
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	181.745.246,00	181.745.246,00	118.367.898,08	65,18
Cota-Parte FPM	83.568.952,00	83.568.952,00	49.998.311,09	59,83
Cota-Parte IPTU	59.074,00	59.074,00	9.661,67	16,36
Cota-Parte IPVA	18.726.868,00	18.726.868,00	14.381.029,79	76,79
Cota-Parte ICMS	70.148.884,00	70.148.884,00	55.894.415,80	79,70
Cota-Parte IP-Estado	105.487,00	105.487,00	57.430,70	54,44
Compensação Financeira Provisória de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (L.C. 87/96)	148.981,00	148.981,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (I) + (II)</b>	<b>299.133.044,00</b>	<b>299.133.044,00</b>	<b>181.077.334,45</b>	<b>60,53</b>

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	Inscritos em Restos a Pagar não Processados (f)
			Até o Período (b)	% (b)/(a)100	Até o Período (c)	% (c)/(a)100		
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	46.389.444,00	46.389.444,00	46.731.927,28	100,74	37.429.532,02	80,26	32.616.396,86	80,38
Despesas Correntes	46.389.444,00	46.389.444,00	46.200.577,28	99,83	37.429.532,02	81,31	32.616.396,86	71,62
Despesas de Capital	0,00	0,00	531.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.717.816,00	6.931.886,19	8.830.412,56	127,36	1.841.342,08	20,73	1.836.630,23	16,47
Despesas Correntes	4.717.816,00	6.931.886,19	8.830.412,56	127,36	1.841.342,08	20,73	1.836.630,23	16,47
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	1.003.000,00	14.449.983,28	12.433.700,42	86,04	6.806.226,08	45,71	6.458.794,26	44,69
Despesas Correntes	1.003.000,00	14.449.983,28	12.433.700,42	86,04	6.806.226,08	45,71	6.458.794,26	44,69
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	45.096,00	73.812,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	45.096,00	73.812,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	386.000,00	2.226.900,00	2.226.900,00	576,92	1.296.437,17	58,24	891.383,00	40,07
Despesas Correntes	386.000,00	2.226.900,00	2.226.900,00	576,92	1.296.437,17	58,24	891.383,00	40,07
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	6.763.367,00	13.376.457,88	12.436.367,47	183,89	7.383.836,42	55,23	6.264.468,17	46,88
Despesas Correntes	6.763.367,00	13.376.457,88	12.436.367,47	183,89	7.383.836,42	55,23	6.264.468,17	46,88



RREO - ANEXO XX (L.C. nº 141/2012 art.35)									
Despesa de Capital	15.000,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (II) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X)</b>	<b>66.677.917,00</b>	<b>66.662.008,73</b>	<b>63.573.327,72</b>	<b>66,70</b>	<b>54.523.367,79</b>	<b>62,75</b>	<b>48.570.642,48</b>	<b>65,32</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASP'S									
	DESPESAS EMPENHADAS (II)	DESPESAS LIQUIDADAS (III)	DESPESAS PAGAS (IV)						
<b>Total das Despesas com ASP'S (XII) = (II)</b>	<b>63.573.327,72</b>	<b>54.523.367,79</b>	<b>48.570.642,48</b>						
(I) Restos a Pagar Não Processados Insuficientemente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XII)	0,00	0,00	0,00						
(II) Desp. Canceladas com Recursos Vinculados à Parcela do % Mínimo que não foi Aplicada em ASP's em Exerc. Anterior (XIV)	0,00	0,00	0,00						
(III) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00						
(VI) VALOR APLICADO EM ASP'S (XVI) = (II) - (III) - (IV) - (V)	<b>63.573.327,72</b>	<b>54.523.367,79</b>	<b>48.570.642,48</b>						
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASP'S (XVII) = (VI) + 15% (L.C. 141/2012)									
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASP'S (XVIII) = (VI) + 1% (Lei Orgânica Municipal)									
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVI) - (XVII) ou (XVIII) - (XVII)									
Limite não Cumprido (XX) = (XVIII) (Quanto maior for inferior a zero)									
<b>PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASP'S (XXI) = (XVI) / (XVII) (primeiro de 10% conforme L.C. nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)</b>									

CONTROLE DO VLR REF. AO % MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERC. ANTERIORES PRINS DE APLIC. DOS RECURSOS VINCULADOS CONF. ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012					
Saldo Inicial (no exercício atual) (I)	Empenhadas (II)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência (III)	Liquidadas (IV)	Pagas (V)	Saldo Final (Não Aplicado) (VI) = (I) - (II) - (III)
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo final = 0,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2018 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercício Anterior (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASP'S (III)	Valor aplicado em ASP'S em exercício (IV)	Valor aplicado além do Limite mínimo (VI) = (IV) - (III) - (V) - (VII) - (VIII)	Total inscrito em RP no exercício (IX)	RP inscritos Insuficientemente no Exercício sem Disponibilidade Financeira + (XIII)	Valor inscrito em RP cancelado no Limite (XI) = (IX) - (X) - (XII) - (XIV) - (XV)	Total de RP pagas (XII)	Total de RP a pagar (XIII)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP canceladas (XIV) = (VI) + (X) - (XV)
Empenhos de 2020 (Ingra Nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019 (Ingra Nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2016 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XII) (soma dos saldos negativos de coluna "VI")</b>									<b>0,00</b>
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XIII) (valor informado no demonstrativo de exercício anterior)</b>									<b>0,00</b>
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XIII) = (XII) + (XIII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)</b>									<b>0,00</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Saldo Inicial (I)	Empenhadas (II)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência (III)	Liquidadas (IV)	Pagas (V)	Saldo Final (Não Aplicado) (VI) = (I) - (II) - (III)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXXI) (saldo inicial = XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstr. do exerc.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - ANEXO XX (L.C. nº 141/2012 art.35)									
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exerc. ant. a serem compens. (XXXI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstr. do exerc. ant.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXXI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	PREVISÃO FISCAL		PREVISÃO ATUALIZADA (II)		RECEITAS REALIZADAS Até o Fim do 2º Bimestre (2020/2020)	
	2020	2019	2020	2019	% (III) x 100	% (IV) x 100
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA SAÚDE (XXXII)</b>	<b>107.467.734,00</b>	<b>107.467.734,00</b>	<b>71.993.872,02</b>	<b>72.455.464,10</b>	<b>70,33</b>	<b>67,34</b>
Proveniente da União	104.621.940,00	104.621.940,00	72.455.464,10	72.455.464,10	69,34	67,34
Proveniente dos Estados	2.846.094,00	2.846.094,00	1.127.607,92	1.127.607,92	180,12	180,12
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXIV)	259.832,00	258.832,00	8.676,22	8.676,22	3,74	3,74
<b>TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) + (XXXIII) + (XXXIV)</b>	<b>107.726.566,00</b>	<b>107.726.566,00</b>	<b>71.993.872,02</b>	<b>71.993.872,02</b>	<b>70,17</b>	<b>70,17</b>

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (II)		DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (III) % (III) x 100		DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (IV) % (IV) x 100		DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (V) % (V) x 100		Inscrito em Restos a Pagar não Processados (VI)
	2020	2019	2020	2019	Até o Bimestre (III)	% (III) x 100	Até o Bimestre (IV)	% (IV) x 100	Até o Bimestre (V)	% (V) x 100	
<b>ATENÇÃO BÁSICA (XXXV)</b>	<b>15.226.379,00</b>	<b>36.307.715,12</b>	<b>20.312.679,51</b>	<b>76,84</b>	<b>12.300.521,91</b>	<b>60,43</b>	<b>11.589.257,91</b>	<b>43,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Despesas Correntes	15.781.379,00	12.199.700,30	10.969.192,92	69,59	9.926.969,92	77,58	9.210.999,08	71,95	0,00	0,00	
Despesas de Capital	444.000,00	11.108.014,82	9.343.486,59	69,19	3.373.562,99	17,58	2.378.260,93	17,38	0,00	0,00	
<b>ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXVI)</b>	<b>18.111.800,00</b>	<b>34.070.885,41</b>	<b>20.397.432,88</b>	<b>64,73</b>	<b>18.253.945,05</b>	<b>78,61</b>	<b>14.502.898,46</b>	<b>61,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Despesas Correntes	18.091.800,00	23.060.436,51	20.363.071,39	68,33	18.215.628,40	78,99	14.555.898,46	64,55	0,00	0,00	
Despesas de Capital	20.000,00	1.010.448,90	34.361,49	3,40	34.316,65	3,40	12.000,00	1,86	0,00	0,00	
<b>SUporte PROLÍFICO E TERAPÊUTICO (XXXVII)</b>	<b>35.203.696,00</b>	<b>87.804.826,63</b>	<b>75.251.517,22</b>	<b>65,99</b>	<b>51.961.328,29</b>	<b>59,31</b>	<b>50.296.341,51</b>	<b>57,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Despesas Correntes	35.203.696,00	87.804.826,63	75.251.517,22	65,99	51.961.328,29	59,31	50.296.341,51	57,18	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVIII)</b>	<b>1.578.271,00</b>	<b>1.808.073,00</b>	<b>1.035.893,94</b>	<b>67,34</b>	<b>583.723,24</b>	<b>32,32</b>	<b>478.723,24</b>	<b>30,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Despesas Correntes	1.408.271,00	1.636.073,00	1.035.893,94	63,33	583.723,24	36,87	478.723,24	29,36	0,00	0,00	
Despesas de Capital	170.000,00	172.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXIX)</b>	<b>1.231.738,00</b>	<b>1.091.738,00</b>	<b>586.583,92</b>	<b>54,22</b>	<b>586.030,76</b>	<b>54,17</b>	<b>556.242,76</b>	<b>49,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Despesas Correntes	1.231.738,00	1.091.738,00	586.583,92	54,22	586.030,76	54,17	556.242,76	49,57	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XL)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLIV)</b>	<b>5.201.325,00</b>	<b>5.674.423,02</b>	<b>2.965.499,24</b>	<b>52,29</b>	<b>1.800.227,94</b>	<b>32,79</b>	<b>1.800.227,94</b>	<b>32,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Despesas Correntes	5.201.325,00	5.674.423,02	2.965.499,24	52,29	1.800.227,94	32,21	1.800.227,94	32,28	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXV) + (XXXVI) + (XXXVII) + (XXXVIII) + (XXXIX) + (XL) + (XLIV)</b>	<b>107.665.966,00</b>	<b>146.738.943,98</b>	<b>120.544.402,87</b>	<b>62,15</b>	<b>85.548.892,09</b>	<b>58,29</b>	<b>79.411.267,36</b>	<b>54,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (II)		DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (III) % (III) x 100		DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (IV) % (IV) x 100		DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (V) % (V) x 100		Inscrito em Restos a Pagar não Processados (VI)
	2020	2019	2020	2019	Até o Bimestre (III)	% (III) x 100	Até o Bimestre (IV)	% (IV) x 100	Até o Bimestre (V)	% (V) x 100	
<b>ATENÇÃO BÁSICA (XLV) = (IV) + (XXXV)</b>	<b>24.013.623,00</b>	<b>73.391.422,03</b>	<b>87.104.026,95</b>	<b>51,43</b>	<b>49.941.963,23</b>	<b>58,94</b>	<b>44.402.824,64</b>	<b>60,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLVI) = (V) + (XXXVI)</b>	<b>24.897.625,00</b>	<b>34.002.765,87</b>	<b>30.697.845,43</b>	<b>68,48</b>	<b>19.891.392,64</b>	<b>68,49</b>	<b>16.539.827,69</b>	<b>68,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>SUporte PROLÍFICO E TERAPÊUTICO (XLVII) = (VI) + (XXXVII)</b>	<b>66.793.896,00</b>	<b>102.004.804,93</b>	<b>87.885.217,64</b>	<b>65,91</b>	<b>66.961.548,28</b>	<b>57,38</b>	<b>66.595.705,76</b>	<b>56,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLVIII) = (VII) + (XXXVIII)</b>	<b>1.828.271,00</b>	<b>1.919.896,93</b>	<b>1.035.893,94</b>	<b>66,90</b>	<b>583.723,24</b>	<b>32,57</b>	<b>478.723,24</b>	<b>26,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIX) = (VIII) + (XXXIX)</b>	<b>1.628.738,00</b>	<b>1.308.626,00</b>	<b>2.811.483,92</b>	<b>61,03</b>	<b>1.842.487,93</b>	<b>56,68</b>	<b>1.428.625,79</b>	<b>43,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (L) = (IX) + (XL)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

RREO - ANEXO XX (L.C. nº 141/2012 art.35)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X) + (XXXVIII)	15.031.602,00	91.044.803,43	15.401.882,61	60,87	9.244.964,36	48,03	8.072.413,32	42,36	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLV) + (XLVI) + (XLVII) + (XLVIII) + (XLIX) + (L)</b>	<b>174.528.961,00</b>	<b>233.622.330,81</b>	<b>204.128.730,98</b>	<b>67,37</b>	<b>140.010.258,89</b>	<b>59,95</b>	<b>127.451.849,64</b>	<b>54,38</b>	<b>0,00</b>
(I) Despesas inscritas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVI)</b>	<b>174.528.961,00</b>	<b>233.622.330,81</b>	<b>204.128.730,98</b>	<b>67,37</b>	<b>140.010.258,89</b>	<b>59,95</b>	<b>127.451.849,64</b>	<b>54,38</b>	<b>0,00</b>

FRANCISCO DAS CHAGAS MENDES JUNIOR  
CONTADOR CRC/RN 661310-5

ERBÊNIA MARIA DE OLIVEIRA ROSADO  
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ROSALBA CHARLIN ROSADO  
PREFEITA

**SECRETARIA MUNICIPAL  
DE ADMINISTRAÇÃO**

**Termo Autorizativo de Dispensa  
Dispensa Nº 72/2020 – SEL  
Processo Nº 176/2020.  
Processo de Despesa: 1221/2020 – SEL**

Objeto: Aquisição de material de expediente e limpeza, a fim de assegurar condições para o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Empresa: INDEPENDÊNCIA COMERCIAL LTDA  
CNPJ: 04.701.515/0001-70  
Valor: R\$ 15.734,62 (quinze mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos)  
Data de Assinatura do Termo: 23 de julho 2020  
Assina pelo município: Rosalba Ciarlini Rosado – Prefeita

**Termo Autorizativo de Dispensa  
Dispensa Nº 71/2020 – GVP  
Processo Nº 167/2020.  
Processo de Despesa: 1067/2020 – GVP**

Objeto: Assegurar aquisição de material de expediente a fim de garantir a continuidade das atividades administrativas do gabinete da vice-prefeita no ano 2020.

Empresa: INDEPENDÊNCIA COMERCIAL LTDA  
CNPJ: 04.701.515/0001-70  
Valor: R\$ 5.497,05 (cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinco centavos)  
Data de Assinatura do Termo: 20 de julho de 2020  
Assina pelo município: Rosalba Ciarlini Rosado – Prefeita  
Assina pela empresa: INDEPENDÊNCIA COMERCIAL LTDA

**Extrato de Aditivo de valor  
Aditivo nº 02 de valor da nº Concorrência Nº  
17/2018 – SEIMURB  
Contrato Nº 75/2019, firmado em 20/01/2019**

Objeto: O presente aditivo tem por objeto promover o aditamento de valor

Empresa: WB Empreendimentos, Serviços e Comercio EIRELI-ME  
CNPJ: 28.240.229/0001-12  
Valor: 239.661,61 (duzentos e trinta e nove mil seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos)  
Data da assinatura: 20 de julho de 2020  
Assina pela empresa: Valdemar Bruno Lima Dantas  
Assina pelo município: Rosalba Ciarlini Rosado – Prefeita

**Extrato de Aditivo de valor  
Aditivo nº 04 prorrogações da nº Concorrência Nº  
09/2018 – SEIMURB  
Contrato Nº 225/2018, firmado em 25/07/2018**

Objeto: O presente aditivo tem por objeto promover a prorrogação de prazo

Empresa: Poly Construções & Empreendimentos EIREL  
CNPJ: 05.806.903/0001-88  
Vigência: 12 (doze) meses  
Período: 25/07/2020 a 25/07/2021  
Assina pela empresa: Edgard César Burlamaqui de Lima  
Assina pelo município: Rosalba Ciarlini Rosado – Prefeita

**Aviso de Suspensão  
Concorrência 04/2020-SEIMURB Processo nº  
140/2020**

A Comissão Permanente de Licitação – CPL da Prefeitura Municipal de Mossoró, designada pela Portaria nº 074/2020, publicada no Jornal Oficial de Mossoró (JOM) nº 555 de 27 de março de 2020, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que a concorrência 04/2020-SEIMURB, com sessão designada para o dia 29/07/2020, às 09:00 horas, está SUSPENSA, para análise de questionamentos. Após serem devidamente respondidos os questionamentos, o Aviso de Licitação, o Edital e seus anexos serão lançados, com uma nova data para abertura do certame a ser definida posteriormente.  
Mossoró/RN, 28 de julho de 2020

Laíla de Oliveira Fonseca Menezes  
Presidente da CPL

**Extrato de Adjudicação, Homologação e Contrato  
Tomada de Preço Nº 02/2020 – SEIMURB  
Contrato Nº 191/2020**

Objeto: Contratação de empresa para realização

das obras reforma e modernização do Equipamento Cultural Museu Histórico Lauro da Escóssia, localizado a Rua Trinta de Setembro, Bairro Centro, Mossoró-RN  
Empresa: A & C CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 04.693.484/0001-52  
Assina pela empresa: CLÁUDIO AUGUSTO DA ESCÓSSIA  
Vigência: 12 (doze) meses  
Período: 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2021  
Valor: R\$ 804.509,25 (oitocentos e quatro mil, quinhentos e nove reais e vinte e cinco centavos)  
Data de assinatura da Adjudicação: 27 de julho de 2020  
Data da Homologação: 28 de julho de 2020  
Adjudicado por: Deyvid Samuel Soares da Silva – Diretor Executivo  
Homologado por: Rosalba Ciarlini Rosado – Prefeita  
Data da assinatura do Contrato: 28 de julho de 2020.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020 – SMS  
PROCESSO Nº 61/2020**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada nos serviços, com reposição de peças, na Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos odontológicos, Hospitalar, Radiologia, Fisioterapia, Oftalmologia e Laboratorial, instalados nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CAPSi, CAPS-ad, Unidade de Pronto Atendimento Tarcisio Maia - UPATM, Unidade de Pronto Atendimento Conchecia Ciarlini – UPACC, Unidade de Pronto Atendimento do Belo Horizonte., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Empresa: ELTON ALVES DA SILVA  
CNPJ: 00.852.365/0001-44  
Valor: R\$ 391.900,00  
Prazo: 12 (doze) meses  
Data da Assinatura: 17.07.2020  
Assina Pela Contratante: Rosalba Ciarlini Rosado (Prefeita)

Assina Pela Contratada: Elton Alves da Silva  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 183/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019 –SEIMURB

Objeto: A aquisição de materiais diversos, aquisição de equipamento e material permanente e outros serviços, que serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos.

Empresa: EBARA TEC. COM. E SERVIÇOS EM INFORMATICA.  
CNPJ: 04.471.402/0001-25  
Valor: R\$ 7.170,00  
Prazo: 12 (doze) meses  
Data da Assinatura: 21.07.2020  
Assina Pela Contratante: Rosalba Ciarlini Rosado (Prefeita)  
Assina Pela Contratada: Rossini Rainier Dantas Arruda

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019 –SEIMURB**

Objeto: A aquisição de materiais diversos, aquisição de equipamento e material permanente e outros serviços, que serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos.

Empresa: EBARA TEC. COM. E SERVIÇOS EM INFORMATICA.  
CNPJ: 04.471.402/0001-25  
Valor: R\$ 4.425,00  
Prazo: 12 (doze) meses  
Data da Assinatura: 21.07.2020  
Assina Pela Contratante: Rosalba Ciarlini Rosado (Prefeita)  
Assina Pela Contratada: Rossini Rainier Dantas Arruda

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 186/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019 –SEIMURB**

Objeto: A aquisição de materiais diversos, aquisição de equipamento e material permanente e outros serviços, que serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos.

Empresa: GLOBAL HOUSE EIRELI  
CNPJ: 13.611.287/0001-38  
Valor: R\$ 9.750,00  
Prazo: 12 (doze) meses  
Data da Assinatura: 21.07.2020  
Assina Pela Contratante: Rosalba Ciarlini Rosado (Prefeita)  
Assina Pela Contratada: Renata Cavalcanti Mendonça Fonseca de Albuquerque

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 185/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019 –SEIMURB**

Objeto: A aquisição de materiais diversos, aquisição de equipamento e material permanente e outros serviços, que serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços

Urbanos.

Empresa: GLOBAL HOUSE EIRELI  
CNPJ: 13.611.287/0001-38  
Valor: R\$ 30.000,00  
Prazo: 12 (doze) meses  
Data da Assinatura: 21.07.2020  
Assina Pela Contratante: Rosalba Ciarlini Rosado (Prefeita)  
Assina Pela Contratada: Renata Cavalcanti Mendonça Fonseca de Albuquerque

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PORTARIA nº 255/2020 - SMS**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25 da Lei Complementar Municipal nº 080, de 28 de dezembro de 2012 e as disposições previstas pela Lei Orgânica do Município, em seu Artigo 89, inciso I,  
RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor ANDRÉ GUSTAVO PINHEIRO NEÓ, Matrícula: 5100534, para atuação como GESTOR DE CONTRATO, no âmbito do Processo de Despesa nº 1759/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN e a EBARA TEC. COM. E SERVIÇOS EM INFORMATICA, que tem como objeto a aquisição de equipamentos de informática, conforme Contrato de nº 124/2020-SMS.

Art. 2º - Designar a servidora MARIA JANEDJA FERNANDES, Matrícula: 9099-9, para atuação como FISCAL DE CONTRATO, no âmbito do Processo de Despesa nº 1759/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN e a EBARA TEC. COM. E SERVIÇOS EM INFORMATICA, que tem como objeto a aquisição de equipamentos de informática, conforme Contrato de nº 124/2020-SMS.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo a data de assinatura do Contrato.  
Mossoró/RN, 28 de Julho de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 258/2020 - SMS**

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 da Lei Complementar Municipal nº 080 de dezembro de 2012 e,  
CONSIDERANDO que um sistema de saúde equânime, integral universal, resolutivo e de boa qualidade deve ter como parte imprescindível, dar viabilidade aos Programas que engrandecem o desenvolvimento de ações de melhoria social;

CONSIDERANDO o que preconiza a Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, em seu Anexo XVII, que trata de todas as Políticas da Saúde;  
CONSIDERANDO o que reza o artigo 17 da mesma Portaria, em seu inciso II, onde é determinada a criação de um Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI, para implantação e acompanhamento do PNAISARI – Política Nacional de Atendimento Integral à Saúde de Adolescentes em conflito com a Lei em Regime de Internação e Internação Provisória;  
Considerando a necessidade de garantir a melhoria do fluxo de trabalho deste grupo;

RESOLVE:  
Art. 1º - Designar as seguintes instituições que irão integrar o Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) da Política Municipal de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em conflito com a Lei em Regime de Internação Provisória – PNAISARI.

– Secretaria Municipal de Saúde (SMS);  
– Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA);  
– Centro de Referência de Assistência Social (CREAS);  
– Centro de Atendimento Socioeducativo de Mossoró (CASE/Mossoró);  
– Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP/Mossoró);  
– Centro de Atendimento Socioeducativo Semiliberdade (CASEMI);  
– II Unidade Regional de Saúde Pública (URSAIP);  
– Secretaria Municipal da Educação;  
– 12ª DIREC/Secretaria Estadual de Educação.  
Art. 2º - o Grupo de Trabalho Intersetorial terá caráter permanente podendo seus membros ser substituídos quando necessário.  
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, alterando as disposições anteriores.  
Mossoró/RN, 29 de Julho de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA nº 251/2020 - SMS**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25 da Lei Complementar Municipal nº 080, de 28 de dezembro de 2012 e as disposições previstas pela Lei Orgânica do



Município, em seu Artigo 89, inciso I, RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor ANDRÉ GUSTAVO PINHEIRO NÉO, Matrícula: 5100534, para atuação como GESTOR DE CONTRATO, no âmbito do Contrato nº 65/2015, Pregão Presencial nº 10/2015 firmado entre o MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN e a empresa RDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, através da Secretaria Municipal de Saúde, para locação de equipamentos para realização de exames laboratoriais de hematologia, bioquímica e imunologia/hormônios.

Art. 2º - Designar o servidor SAUL BATISTA DA MOTA, matrícula nº 0125253-1, para atuação como FISCAL DE CONTRATO, no âmbito do Contrato nº 65/2015, Pregão Presencial nº 10/2015 firmado entre o MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN e a empresa RDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, através da Secretaria Municipal de Saúde, para locação de equipamentos para realização de exames laboratoriais de hematologia, bioquímica e imunologia/hormônios.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo a data de assinatura do Contrato.  
Mossoró/RN, 27 de Julho de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### PORTARIA Nº 252/2020 - SMS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e o que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;  
CONSIDERANDO a necessidade de análise acerca da possibilidade de pagamento por meio de indenização à OFTALMOCENTRO DE MOSSORÓ LTDA (DOCTOR CLINICA), pela prestação de serviços de apoio diagnóstico, através do Sistema Único de Saúde (SUS), junto a Secretaria Municipal de Saúde de Mossoró;  
RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Comissão de Sindicância para apuração de responsabilidade administrativa por serviços executados sem a consequente cobertura de contrato com o ente municipal.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mossoró, abaixo identificados, conforme Portaria nº 130/2018-SMS, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância:

1. Andrews Jadson de Souza Gomes – Matrícula: 11.628-9;  
2. Dyego Rodrigo Martins da Silva Veras – Matrícula: 11.619-0; e

3. Adriana Cunha Penha – Matrícula: 012983-6.  
Art. 3º - A Comissão tem o prazo de até 30 (trinta) dias para a conclusão desta Sindicância, com a consequente apresentação de relatório final à autoridade competente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Secretaria Municipal de Saúde, em Mossoró/RN, 27 de Julho de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### PORTARIA Nº 253/2020 - SMS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e o que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;  
CONSIDERANDO a necessidade de análise acerca da possibilidade de pagamento por meio de indenização à CLÍNICA E LABORATÓRIO EXAME LTDA pela prestação de serviços em saúde junto a Secretaria Municipal de Saúde de Mossoró;  
RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Comissão de Sindicância para apuração de responsabilidade administrativa por serviços executados sem a consequente cobertura de contrato com o ente municipal.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mossoró, abaixo identificados, conforme Portaria nº 130/2018-SMS, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância:

1. Andrews Jadson de Souza Gomes – Matrícula: 11.628-9;  
2. Dyego Rodrigo Martins da Silva Veras – Matrícula: 11.619-0; e

3. Adriana Cunha Penha – Matrícula: 012983-6.  
Art. 3º - A Comissão tem o prazo de até 30 (trinta) dias para a conclusão desta Sindicância, com a consequente apresentação de relatório final à autoridade competente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Secretaria Municipal de Saúde, em Mossoró/RN, 27 de Julho de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### PORTARIA Nº 254/2020 - SMS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e o que lhe confere a Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO a necessidade de análise acerca da possibilidade de pagamento por meio de indenização ao CLÍNICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA DE MOSSORÓ, pela prestação de serviços de apoio diagnóstico, através do Sistema Único de Saúde (SUS), junto a Secretaria Municipal de Saúde de Mossoró;  
RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Comissão de Sindicância para apuração de responsabilidade administrativa por serviços executados sem a consequente cobertura de contrato com o ente municipal.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mossoró, abaixo identificados, conforme Portaria nº 130/2018-SMS, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância:

1. Andrews Jadson de Souza Gomes – Matrícula: 11.628-9;  
2. Dyego Rodrigo Martins da Silva Veras – Matrícula: 11.619-0; e

3. Adriana Cunha Penha – Matrícula: 012983-6.  
Art. 3º - A Comissão tem o prazo de até 30 (trinta) dias para a conclusão desta Sindicância, com a consequente apresentação de relatório final à autoridade competente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Secretaria Municipal de Saúde, em Mossoró/RN, 27 de Julho de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### Resolução Nº 01 de 28 de janeiro de 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua SEXAGÉSIMA TERCEIRA (63ª) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 28 de janeiro de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Aprovar o Projeto Família Em Foco.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 01 de 28 de janeiro de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### Resolução Nº 02 de 28 de janeiro de 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua SEXAGÉSIMA TERCEIRA (63ª) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 28 de janeiro de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Aprovar os nomes das conselheiras Suelda Felício de Araújo e Vandja Adraene de Lima como representantes do CMS-Conselho Municipal de Saúde no COMDICA-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 02 de 28 de janeiro de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### Resolução Nº 03 de 16 de março de 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua DUCENTÉSIMA QUARTA (204ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 16 de março de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Validar o Curso de Atualização de Teste Rápido Para HIV e Sífilis.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 03 de 16 de março de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### Resolução Nº 04 de 16 de março de 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua DUCENTÉSIMA QUARTA (204ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 16 de março de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Validar o Fórum Municipal Sobre Sífilis.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 04 de 16 de março de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### Resolução Nº 05 de 16 de março de 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua DUCENTÉSIMA QUARTA (204ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 16 de março de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Validar as Unidades Básicas de Saúde que Realizam Teste Rápido Para HIV, Sífilis e Hepatite B e C.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 05 de 16 de março de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### Resolução Nº 06 de 16 de março de 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua DUCENTÉSIMA QUARTA (204ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 16 de março de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Validar as Unidades Básicas de Saúde que Disponibilizam Preservativos Masculinos e Femininos.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 06 de 16 de março de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

#### Resolução Nº 06/B de 16 de Março de 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua DUCENTÉSIMA QUARTA (204ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 16 de março de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.



Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:  
Resolve:  
- Validar Serviço de Profilaxia Pós Exposição (PEP). Este serviço se consolida no Hospital Rafael Fernandes no Município de Mossoró-RN.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 06/B de 16 de Março de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

**Resolução Nº 07 de 16 de março de 2020.**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua DUCENTÉSIMA QUARTA (204ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 16 de março de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Aprovar o Plano Para Implantação da Estratégia Alimentar Brasil - EAB.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 07 de 16 de março de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

**Resolução Nº 08 de 16 de março de 2020.**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua DUCENTÉSIMA QUARTA (204ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 16 de março de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Aprovar o Plano de Contingência do COVID-19 e a Implantação do CIEVS - Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 08 de 16 de março de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

**Resolução Nº 09 de 16 de março de 2020.**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua SEXAGÉSIMA QUARTA (64ª) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada online por videoconferência no dia 26 de maio de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Aprovar o Relatório de Saúde do 3º Quadrimestre de 2019-Mossoró-RN

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 08 de 16 de março de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

**Resolução Nº 10 de 26 de maio de 2020.**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua SEXAGÉSIMA QUARTA (64ª) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada por videoconferência no dia 26 de maio de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Aprovar o Relatório Anual de Gestão- RAG de 2019-Mossoró/RN

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 10 de 26 de maio de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

**Resolução Nº 11 de 30 de junho de 2020.**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua DUCENTÉSIMA SEXTA (206ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 30 de junho de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Aprovar o nome de Luíza Maria Lima Oliveira como Conselheira Suplente em substituição a Francisco Rogenildo Dantas da Silva no Segmento Trabalhador em Saúde, passando este a ser o Titular em substituição à Conselheira Titular Antônia Selma de Oliveira Câmara que renunciou ao mandato em 22.11.2019.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 11 de 30 de junho de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

**Resolução Nº 12 de 30 de junho de 2020.**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua DUCENTÉSIMA SEXTA (206ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS MOSSORÓ/RN. Reunião realizada no dia 30 de junho de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 2.561/2009 que altera a Lei nº 566/91.

Considerando a necessidade de ampliar o Controle Social e fortalecer o Conselho de Saúde:

Resolve:  
- Aprovar o nome de Maria Aparecida da Silva como Conselheira Suplente de Marcos Antônio de Moura Filho no Segmento Prestador de Serviços, em substituição à Conselheira Suplente Teresa Maria Vieira Chaves que perdeu a condição de prestadora de serviços ao município.

Suelda Felício de Araújo  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS Nº 12 de 30 de junho de 2020.

Maria da Saudade de Azevedo Moreira Machado  
Secretária Municipal de Saúde

**SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA**

**EDITAL 001.2020.SMC.PMM**

**PRÊMIO DE PROMOÇÃO E APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS**  
**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA – ATA DA REUNIÃO**

No dia vinte e oito do mês de julho de dois mil e vinte, a equipe técnica de avaliação dos projetos do Edital 001.2020.SMC.PMM - PRÊMIO DE PROMOÇÃO E APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS realizou análise dos recursos enviados para o e-mail, conforme previsto no item 9.1 do referido edital. Neste sentido, segue o resultado após análise e acatamento de recurso. São considerados APROVADOS os projetos contemplados até o limite dos prêmios previstos no edital. Os demais projetos CLASSIFICADOS também aparecem no resultado.  
Mossoró, 29 de julho de 2020

Resultado da Avaliação do Mérito dos Projetos submetidos ao Prêmio de Promoção e Apoio às Manifestações Culturais Locais-2020:

**RESULTADO DE AVALIAÇÃO DO MÉRITO**

**ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO**  
**PRÊMIO MÚSICA - APROVADOS**

nº	Proponente	Projeto	Atividade	Valor	Análise do mérito
01	Haissa H. de França Gomes	I Encontro de violão infantil	Concertos e Recitais	4.000,00	1º lugar
02	Bruno Alisson Alves Hermínio	A música e natureza na infância"	Concertos e Recitais	4.000,00	2º lugar
03	Bruno Caminha Farias	Monxoró Brass....	Concertos e Recitais	4.000,00	3º lugar
04	Alex Magno de Oliveira Solva	Xote, xaxado e baião: .....	Concertos e Recitais	1.900,00	1º lugar
05	Rhamon Higino Bezerra de J.	Forroção puxa papai – lives ..	Dupla	1.000,00	1º lugar

**PREMIOS DE MUSICA CLASSIFICADOS**

06	M. Manuela Gomes A. Santiago	Café com ópera	Concertos e Recitais	4.000,00	4º lugar
07	Renam Colombo Simões	Duo capixaba violões...	Concertos e Recitais	4.000,00	5º lugar
08	Lucas Rafael Felix da Costa	Coração	Concertos e Recitais	4.000,00	6º lugar
09	Marcílio Maia Pedrosa	Marcílio maia canta o rei	Concertos e Recitais	4.000,00	7º lugar

**PRÊMIO ARTES CÊNICAS – APROVADOS**

nº	Proponente	Projeto	Atividade	Valor	Análise do mérito
01	Cia Bagana de Teatro	Mulheres à vista	Apresentação	4.000,00	1º lugar
02	José Maria Felix Junior (Bela Trupe)	Desarrumando o arrumado....	Apresentação	4.000,00	2º lugar
03	Cia. Escarcêu de Teatro	Nos confins do horizonte	Apresentação	4.000,00	3º lugar
04	Francisco Erismar da Cunha	Arte cênica na mídia ....	Apresentação	1.900,00	1º lugar
05	Renata Soraya Leal	Faço lá e Faço Cá!	Teatro De Rua	1.000,00	1º lugar

**PRÊMIO ARTES CÊNICAS – CLASSIFICADOS**

06	Dionízio Cosme Neto	Um por 2 e dois por um	Apresentação	4.000,00	4º lugar
07	F. Adriano da Silva (GACP)	Sou brega,.....	Apresentação	4.000,00	5º lugar
08	Gesto Cia de Dança	Cartas de amor	Apresentação	4.000,00	6º lugar

09	Cia Pão Doce de Teatro	A casatória c'a defunta"	Apresentação	4.000,00	7º lugar
<b>PRÊMIO AUDIOVISUAL – APROVADOS</b>					
nº	Proponente	Projeto	Atividade	Valor	Análise do mérito
01	Plínio Danilo Oliveira de Sá	Festival alternativo...	Festival de Cinema	5.000,00	1º lugar
02	Maria Samya Kimberlee P.Alves	Santa luzia: retratos ..	Documentário	5.000,00	1º lugar
03	Mickaely Moreira de Araújo	brincadeira de menina	Exp. Virtual Autoral	5.000,00	1º lugar
04	F.Carlos Guerra M. Junior	Espaço mossorófono (videoclipes)	Expo. Virtual Autoral	3.000,00	1º lugar
05	José Brito e Silva	Exposição virtual de caricaturas.....	Expo Virtual Autoral	3.000,00	2º lugar
<b>PRÊMIO AUDIOVISUAL – CLASSIFICADOS</b>					
06	Wigna Ribeiro da Silva	Festival "quarentene-se"	Festival de Cinema	5.000,00	2º lugar
07	Jocelito Barbosa de Gois	Cine Escola...em 3d	Festival de Cinema	5.000,00	3º lugar
08	Ilmara Beatriz Menezes da Silva	Relembrando espetáculos	Documentário	5.000,00	2º lugar
09	L. Gurgel Queiroz de Almeida	A ponte reciclando ...	Documentário	5.000,00	3º lugar
10	Paulo Roberto de Lima Ferreira	A Carta	Documentário	5.000,00	4º lugar
11	Lucimara Nascimento Torres	O Pingo do I	Documentário	5.000,00	5º lugar
12	Madson Ney Leite Dantas Bezerra	Como estou dirigindo?	Documentário	5.000,00	6º lugar
13	Marcelo Fernandes Lacerda	Entre nós	Exp. Virtual Autoral	5.000,00	2º lugar
14	Erika Alessandra M. Nolasco	Meu olhar em preto branco"	Exp. Virtual Autoral	5.000,00	3º lugar
<b>PRÊMIO ARTES VISUAIS - APROVADO</b>					
nº	Proponente	Projeto	Atividade	Valor	análise do mérito
01	Joana Darc Xavier	I coletiva arte popular..	Coletiva de Arte Popular	10.000,00	
01	Gildheikson Eufrásio da Silva	Exposição arretada	Coletiva de fotografia	3.000,00	1º lugar
01	Josefa Soares Abreu Maia	Artesanato é Cultura	Primeira Exposição	3.000,00	1º lugar
01	Marcelo C.Morais da Silva	Raízes Mossoró: Entre A Pintura E A Canção.	Salão Individual	3.000,00	1º lugar
02	Gilvan (Escravo)	Alforria itinerante .....	Salão individual	3.000,00	2º lugar
<b>PRÊMIO CULTURA POPULAR – APROVADOS</b>					
nº	Proponente	Projeto	Atividade	Valor	Análise do mérito
01	Aldaci Medeiros de França	Festival Poetas Populares	Festival poetas Populares	10.000,00	1º lugar
02	Alessandra Ferreira Gomes	Festival d Teatro De Mamulengos	Festival de João Redondo	5.000,00	1º lugar
03	Antônia Lúcia da Silva	Louvação Baobá em Mossoró	Celebração religiosa	1.900,00	1º lugar
<b>PRÊMIO MOBILIZAÇÃO CULTURAL – APROVADOS</b>					
nº	Proponente	Projeto	Atividade	Valor	Análise do mérito
01	Jordana Souza Neris	Desbravando O país de Mossoró	Visitas Culturais	6.000,00	1º lugar
02	Danielle Pinto Cesário	A Dança e as Emoções	Dinâmicas Culturais	1.900,00	1º lugar
03	F. Edson Saraiva da Silva	Café com Prosa – Edição Liberdades	Dinâmicas Culturais	1.900,00	2º lugar
<b>PRÊMIO JUNINO – APROVADOS</b>					
nº	Proponente	Projeto	Atividade	Valor	Análise do mérito
01	Associação Cultural Lume	Haja Rojão Para Festejar SJ	Estilizada	3.500,00	1º lugar
02	Jefferson Ranieri Lima de Souza (Boneca de Pano)	Junina Boneca De Pano Viva São João	Estilizada	3.500,00	2º lugar
03	Ismar Fábio Torres (Rabo de Palha)	Arraiá Rabo De Palha	Tradicional	1.500,00	1º lugar
04	F.Julivan Epaminondas da Silva (Paixão Matuta)	Arraiá Paixão Matuta	Tradicional	1.500,00	2º lugar
05	Francisco Tcharles da Silva (Noite de São João)	"Resgatando As Tradições Juninas Nos Bairros"	Tradicional	1.500,00	3º lugar
06	Josivan Paulo da Rosa (Sonho do Sertão)	"Em Tempos De Pandemia, Um São Joao Diferenciado"	Tradicional	1.500,00	4º lugar
07	Kalesca da Silva Monte (festejo Junino)	Quadrilha Festejo Junino	Tradicional	1.500,00	5º lugar
08	Jailton Oliveira da Fonseca (Alegria Matuta)	Alegria Matuta	Tradicional	1.500,00	6º lugar
09	Ana Paula Cabral da Silva (Amor Nordestino)	Quadrilha Amor Nordestino	Tradicional	1.500,00	7º lugar
10	J.Paulo Viana Mascarenhas (Tradição na Roça)	Tradição Na Roça	Tradicional	1.500,00	8º lugar
11	Juliana Oliveira da Fonseca (Alegria Matutinha)	Alegria Matutinha	Tradicional	1.500,00	9º lugar
12	C. Eduardo Rodrigues Gomes (Rei do Cangaço)	Rei Do Cangaço	Tradicional	1.500,00	10º lugar
13	André Henrique Rodrigues Gomes (Meu Xodó)	Meu Xodó	Tradicional	1.500,00	11º lugar
14	Everton Diego Alves de Macêdo (Quadrilha Rebentão)	Meu Álbum De Fotografias, Retrata 20 Anos...	Tradicional	1.500,00	12º lugar
<b>PRÊMIO ESTUDOS ACADEMICOS – APROVADOS</b>					
nº	Proponente	Projeto	Atividade	Valor	Análise do mérito
01	Thales Chaves Costa	A Cidade De Mossoró Como Um Museu A Céu Aberto – Um Século De Obras De Arte Nos Espaços Públicos Da Capital Do Oeste Potiguar.	Estudos Acadêmicos	3.000,00	1º lugar
02	Symara Tâmara F. Carlos	Antônio Francisco Vai A Escola – Relato De Experiência Com A Obra Antoniana Em Sala De Aula	Estudos Acadêmicos	3.000,00	2º lugar
<b>PRÊMIO ESTUDOS ACADEMICOS – CLASSIFICADOS</b>					
03	Mykhael Christyan Bandeira	Cultura, Estado E Políticas Públicas: Análise Da Participação Social Na Gestão Das Políticas Culturais De Mossoró-RN	Estudos Acadêmicos	3.000,00	3º lugar
04	Allan Phablo de Queiroz	O Habitar Do Poeta: Uma Fotoetnografia Do Espaço Popular De Criação Imagetica	Estudos Acadêmicos	3.000,00	4º lugar
05	Lucas Sullivan Marques Leite	Catálogo Dos Povos E Comunidades Tradicionais De Terreiros Do Rio Grande Do Norte	Estudos Acadêmicos	3.000,00	5º lugar
06	Alana Fabrícia Pereira Bezerra	De Estação Ferroviária A Estação Das Artes: Transportando Significados	Estudos Acadêmicos	3.000,00	6º lugar

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

Jackeline Duarte Lucena de Sousa | CPF – 792.493.104-04

Liana Carlos Lacerda | CPF – 222.233.394-68

Ramires Martins de Sousa | CPF – 016.592.524-82

Vânia de Paiva Pedrosa | CPF – 311.750.904-68

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

**NOTA DE PUNIÇÃO Nº 002/2020-GCM**

Sindicado: RUTSON ALVES DE OLIVEIRA - GCM

Interessado: Administração Pública

Portaria nº 033/2019-SINDICÂNCIA nº 021/2019, instaurada em 20/12/2019.

O Comandante da Guarda Civil de Mossoró, no uso de suas atribuições, previstas nos artigos 1º, 1º par. Único e 29 a 34, da Lei Complementar Nº 050, de 15/04/2011, analisando os presentes autos.

**RESOLVO:**

Punir O GCM DE NOME RUTSON ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 507952-7, pertencente a Guarda Civil Municipal de Mossoró, conforme constam nos autos da sindicância nº 021/2019, documentos narrados na Reclamação que foram encaminhados a Corregedoria através dos memorandos de nº 165/2019-GCM, nº 003/2019-CNR e nº 002/2019-OGCM, possivelmente praticadas por servidor da Guarda Civil de Mossoró, a esclarecer, fato ocorrido do dia 22.10.2019, por volta das 19:30min, onde consta conduta desrespeitosa de um dos integrantes da viatura ROMU Nº 001, pertencente a Guarda Civil Municipal de Mossoró, a uma equipe de Consultório Assistencial da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mossoró, assim comprovado, infringindo frontalmente o Regulamento Disciplinar Interno da Guarda Civil Municipal, conforme Lei Complementar nº 050/2011.

Os fatos foram apurados através da Portaria de Sindicância nº 033/2019, publicada em 18 de dezembro de 2019, SINDICÂNCIA nº 021/2019, expedida a citação durante a instrução processual, a oitiva do sindicado, apresentação de defesa prévia, assegurando-lhe as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, tendo esta sido realizada em Razões de Defesa por escrita por intermédio do próprio sindicado, conforme consta nos autos.

Face do exposto, verifica-se que o GCM DE NOME RUTSON ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 507952-7, pertencente a Guarda Civil Municipal de Mossoró, tendo em vista que foi devidamente comprovado nos autos que o motivo ensejador da instauração da presente sindicância, se deu com objeto, tendo assim, o sindicado infringido artigo 18, inciso XIV, "Usar termos descorteses para com superiores, subordinados, igual ou particular" e artigo 19, III, "Revelar falta de compostura por atitudes, palavras ou gestos, estando uniformizado ou não" todos da Lei Complementar 050/2011, considerando os termos do que dispõe o artigo 34, bem como o artigo 77, § 4º, todos da Lei Complementar 050/2011, em punir na penalidade de suspensão, por 07 (sete) dias, por não ter promovido a devida justificativa da falta funcional, onde o sindicado teria o dever de proteger, zelar e de se comportar bem com a população quando de serviço, dessa forma estando o sindicado classificado no bom comportamento e não sendo o servidor reincidente no cometimento de faltas, nos termos do artigo 36, Incisos II, alínea "a" e III, alínea "i", e com circunstâncias agravantes do artigo 36, inciso III, alíneas "b, c, d, e e f", todos da Lei Complementar 050/2011, transgressão grau sub máximo, FICA PUNIDO NA PENALIDADE DE SUSPENSÃO POR 10 (DEZ) DIAS, ingressando no ótimo comportamento, nos termos do artigo 38, Inciso II, e artigo 38, parágrafo único da Lei Complementar 050/2011, dessa forma devendo o servidor GCM de nome Rutson Alves de Oliveira, mat. 507952-7, ser afastado de suas atividades funcionais sem qualquer tipo de retribuição financeira por enquanto durar a suspensão, A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO.

a) Remeter os presentes autos através da SESEM, para que sejam encaminhados à Assessoria Administrativa do Jornal Oficial de Mossoró - JOM, para fins de publicação;

b) Que seja feito o devido registro da punição disciplinar na ficha disciplinar do sindicado, por se tratar de

punição SUSPENSÃO, conforme artigo 18, inciso XIV, e artigo 19, III, da Lei Complementar 050/2011;

c) Manter cópias xerográfica e virtual, no setor de inteligência desta Unidade, para o devido registro e controle de cancelamento de punição findo o período transcorrido, nos termos do artigo 74, inciso I, da Lei Complementar nº 050/2011;

d) Publique-se em JOM.  
Mossoró/RN, 02 de julho de 2020.

Rudrigo Maia de Carvalho  
Comandante da Guarda Civil de Mossoró

**NOTA DE PUNIÇÃO Nº 002/2020-SESEM**

Sindicada: Sâmara Naiara Valcácio Silva, mat. Nº 13731-6

Interessado: Administração Pública  
Portaria nº 013/2020-SINDICÂNCIA nº 005/2020-SESEM, instaurada em 08/04/2020.

Diretor Executivo de Mobilidade Urbana e Trânsito, no uso de suas atribuições, previstas nos artigos 3º, §1º e 17, da Lei Complementar nº 038, de 14/12/2009, e Lei Complementar nº 029 de 16.12.2008, analisando os presentes autos.

**RESOLVO:**

Punir A AGENTE DE TRÂNSITO DE NOME SÂMARA NAIARA VALCÁCIO SILVA, mat. Nº 13731-6, pertencente a Diretoria Executiva de Trânsito-SESEM, conforme constam nos autos na sindicância nº 005/2020, documentos narrados na reclamação encaminhada a SESEM, pelos memorandos nº 08/2020-SESEM, datado em 07/04/2020, nº 018/2019-GETRAN, datado em 12.02.2020 e nº 019/2020-GETRAN, datado em 12/04/2020, possivelmente praticado pela Agente de Trânsito, Sâmara Naiara Valcácio Silva, matrícula nº 14071-6, e Antônio Cristiano Figueira, matrícula nº 13731-6, com lotação na Diretoria Executiva de Trânsito-SESEM, contra a administração pública, fato ocorrido no dia 10.02.2020, por volta das 17h:00, infringindo frontalmente o Regulamento Disciplinar Interno dos agentes de fiscalização de Trânsito, tendo a sindicada praticado transgressão disciplinar, conforme artigo 13, inc. XXIII, da Lei Complementar Nº 038/2009, "Afastar-se do posto de serviço ou de qualquer lugar em que se deva achar por força de ordem, sem que perca de vista".

Os fatos foram apurados através da Portaria de Sindicância nº 005/2020, datada de 08 de abril de 2020, expedida a citação durante a instrução processual, a oitiva da sindicada, apresentação de defesa prévia, assegurando-lhe as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, tendo esta sido realizada em Razões de Defesa por escrita por intermédio próprio, conforme consta nos autos.

Face do exposto, verifica-se que a agente de trânsito de nome SÂMARA NAIARA VALCÁCIO SILVA, mat. Nº 13731-6, pertencente a Diretoria Executiva de Trânsito-SESEM, infringiu as normas contidas no artigo 13, inc. XXIII, da Lei Complementar Nº 038/2009, "Afastar-se do posto de serviço ou de qualquer lugar em que se deva achar por força de ordem, sem que perca de vista", e considerando estar a servidora classificada no excelente comportamento, art. 24, inc. II, alínea "a" da Lei Complementar nº 038/2009, não ser reincidente no cometimento de faltas funcionais e estar classificado as circunstâncias em grau mínimo, conforme artigo 25, inciso I, da presente Lei, abre-se possibilidade para aplicação da pretensão punitiva, nos termos do art. 8º, parágrafo único, convertendo-se a penalidade

de Advertência por escrito em advertência verbal, visto que há transgressão, portanto, fica PUNIDA DISCIPLINAMENTE NA PUNIÇÃO DE ADVERTÊNCIA VERBAL, NOS ESTRITOS LÍMITES DO ART. 8º, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 038/2009, ingressando no BOM COMPORTAMENTO, conforme artigo 26, inc. II c/c 26, parágrafo único, da Lei Complementar nº 038/2009, Regulamento Disciplinar Interno (RDI), nota de punição referente a Solução nº 005/2020, publicada no JOM em 15 de julho de 2020, da Sindicância instaurada pela Portaria 013/2020-SIND-SESEM.

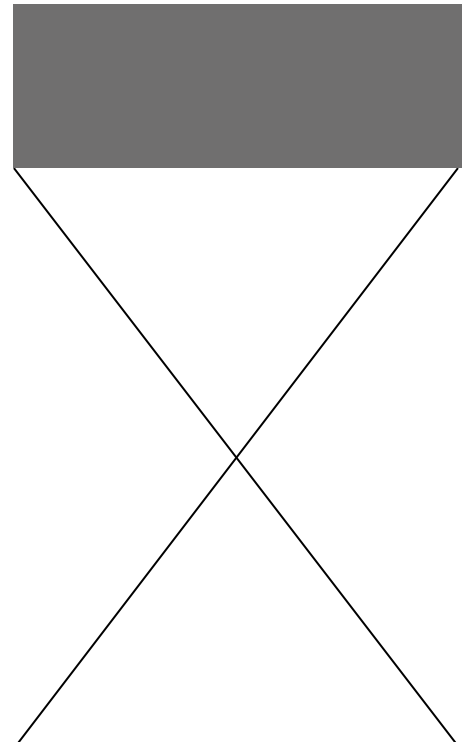
a) Remeter a presente nota de punição de nº 003/2020, através da SESEM, para que sejam encaminhados à Assessoria Administrativa do Jornal Oficial de Mossoró - JOM, para fins de publicação;

b) Que seja feito o devido registro da punição disciplinar na ficha disciplinar da sindicada, por se tratar de punição ADVERTÊNCIA VERBAL, conforme artigo 17, da Lei Complementar nº 038/2009;

c) Manter cópias xerográfica e virtual, no setor de inteligência desta Unidade, para o devido registro e controle de cancelamento de punição findo o período transcorrido, nos termos dos artigos 12 e 19, da Lei Complementar 038/2009;

d) Publique-se em JOM.  
Mossoró/RN, 28 de julho de 2020.

Antônio Adalberto de Oliveira Jales  
Diretor Executivo de Mobilidade Urbana e Trânsito



**EXPEDIENTE**

JORNAL OFICIAL DE MOSSORÓ É UMA PUBLICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, INSTITUÍDO PELA LEI N.º 2.378/2007, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

**ROSALBA CIARLINI ROSADO**  
PREFEITA

**NAYARA GADELHA DE OLIVEIRA**  
VICE-PREFEITA

**JACQUELINE DE SOUZA AMARAL**  
SECRETÁRIA-CHEFE DO GABINETE DA PREFEITA

COMISSÃO DO JORNAL OFICIAL DE MOSSORÓ

DIRETORA-GERAL  
**MARIA AGLAIR ABREU**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**DIOGO ARAÚJO MARQUES**  
DIAGRAMAÇÃO

**ENDEREÇO:**

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA – AVENIDA ALBERTO MARANHÃO, 1751 – CENTRO - CEP: 59600-005 – FONE: (84)3315-4935  
EMAIL: JOM@PREFEITURADEMOSSORO.COM.BR